

Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2014

Individuais e Consolidadas

I. - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade desenvolvida pela Sociedade
Resultados Apurados e sua Aplicação
Agradecimentos Devidos

II. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstrações Financeiras
Anexos às Demonstrações Financeiras
Certificação Legal das Contas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

III. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras
Anexos às Demonstrações Financeiras
Certificação Legal das Contas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature on the left and several initials or short signatures on the right, possibly indicating approval or review.

I. - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade desenvolvida pela Sociedade

Resultados Apurados e sua Aplicação

Agradecimentos Devidos

[Handwritten signatures and initials]

I. - Relatório do Conselho de Administração

1. - Atividade desenvolvida pela Sociedade

Ao longo do exercício de 2014, a sociedade continuou a acompanhar o desenvolvimento da atividade das suas participadas Banco Invest, SA, Paris-Asia, SAS, USGestar – Gestão de Imóveis, SA e Motor Park – Comércio de Veículos Automóveis, SA.

2. - Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas, individuais e consolidadas, traduzem a atividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As demonstrações financeiras foram objeto de uma auditoria externa levada a cabo por uma conceituada empresa de auditoria, que sobre elas emitiu o parecer à frente apresentado, conjuntamente com as Notas às contas do exercício.

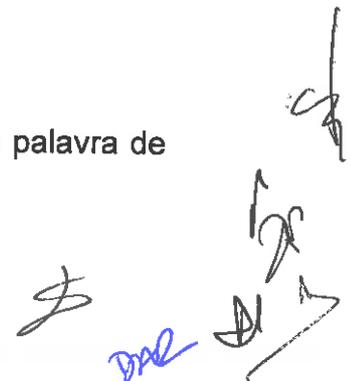
Os resultados líquidos apurados cifraram-se em – 100.895,80 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados..... – 100.895,80 Euros

Os resultados líquidos consolidados cifraram-se em 4.469.578 Euros.

3. - Agradecimentos Devidos

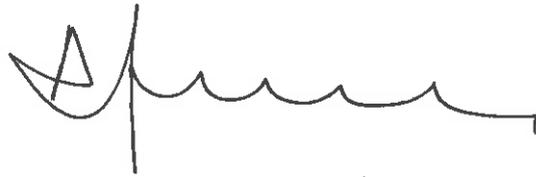
O Conselho de Administração faz questão de deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:



- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Conselho Fiscal, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

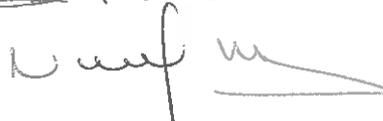
Lisboa, 24 de Março de 2015

O Conselho de Administração



Diana Alves Ribeiro



Diana Alves Ribeiro


II. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

g

→
M J
M
DAR

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros e rendimentos similares	14	80.227	4.307
Juros e encargos similares	15	(175.112)	(45.666)
MARGEM FINANCEIRA		<u>(94.885)</u>	<u>(41.359)</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	16	-	2.181
Encargos serviços e comissões	17	(835)	(985)
Resultados de ativos financeiros disp. Venda	4	(3.180)	-
Outros resultados de exploração	18	(20.727)	(53.154)
PRODUTO BANCÁRIO		<u>(119.627)</u>	<u>(93.317)</u>
Gastos gerais administrativos	19	(10.119)	(9.743)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>(129.746)</u>	<u>(103.060)</u>
Impostos			
Correntes	8	28.850	-
Diferidos	8	-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>(100.896)</u>	<u>(103.060)</u>
Resultado por Ação		(0,00)	(0,00)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Diana Alves Ribeiro

Rita Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de juros e comissões		3.050	6.488
Pagamentos de juros e comissões		(181.752)	(46.851)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores		(10.119)	(9.743)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		30.881	1.337
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(20.727)	(53.154)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		<u>(178.667)</u>	<u>(101.723)</u>
(Aumentos)/diminuições de ativos operacionais:			
Outros ativos		100.776	(5)
		<u>100.776</u>	<u>(5)</u>
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de instituições de crédito		4.578.843	3.094.789
Outros passivos		4	(15.683)
		<u>4.578.847</u>	<u>3.079.106</u>
Caixa líquida das atividades operacionais		<u>4.500.956</u>	<u>2.977.378</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Investimentos em filiais e associadas		-	(3.000.000)
Empréstimos a associadas	6 9	(4.500.000)	-
Caixa líquida das atividades de investimento		<u>(4.500.000)</u>	<u>(3.000.000)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquida das atividades de financiamento		<u>(4.500.000)</u>	<u>1 -</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(4.499.044)	(22.622)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.833	24.455
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.789	1.833

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Diana Alves Ribeiro

Diana Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	36.000.000	450.000	23.645.221	(2.608.798)	21.486.423	57.239.058
Aplicação do resultado do exercício de 2013	-	-	-	(247.365)	247.365	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(103.060)	(103.060)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000.000	450.000	23.645.221	(2.856.163)	21.239.058	57.135.998
Aplicação do resultado do exercício de 2013	-	-	-	(103.060)	103.060	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(100.896)	(100.896)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	36.000.000	450.000	23.645.221	(2.959.223)	(100.896)	57.035.102

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Diana Alves Ribeiro
[Handwritten signature]
Dita Alcega Ribeiro
[Handwritten signature]

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, que resultou da alteração, ocorrida em 17 de janeiro de 1997, da denominação social da Victor Silva Ribeiro e Irmãos, Lda..

A Sociedade tem por objeto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Em 31 de dezembro de 2014 as principais participações da Sociedade são as seguintes:

- Uma participação de 99,12% do capital do Banco Invest, S.A. ("Banco" ou "Banco Invest"), o qual por sua vez é detentor da totalidade do capital social da Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Invest Gestão de Ativos").
- Uma participação de 100% do capital da Motor Park – Comércio de Veículos Automóveis, S.A. ("Motor Park") (Nota 6).
- Uma participação de 100% do capital da US Gestar - Gestão de Imóveis, S.A. ("US Gestar"), a qual foi adquirida à Motor Park durante o exercício de 2006.
- Uma participação de 30% do capital da Paris-Asia - Sociedade Anónima de direito Francês, adquirida em dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 24 de março de 2015 e encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal, com algumas exceções, definidas no Aviso acima referido, as quais não são contudo relevantes para as demonstrações financeiras individuais da Sociedade.

A

J
M-PA
DAR

2.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, sendo registados numa das categorias definidas na Norma IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade estão registados nas seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber - na qual são registados ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de ativos financeiros. Esta categoria inclui valores a receber de instituições de crédito, empréstimos a associadas e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

- Ativos financeiros disponíveis para venda:

São avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, os quais permanecem registados ao custo ilíquido de provisões.

Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente na rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros assumidos pela Sociedade correspondem a recursos de instituições de crédito e a passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou de aquisições de participações, sendo valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Sociedade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor notional.

O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos;
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Sociedade a um determinado risco inerente à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Sociedade prepara, no início da operação, documentação formal que inclui os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pela Sociedade;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização da contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em rendimentos e gastos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, a Sociedade reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, na rubrica "Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no ativo e no passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas onde se encontram registados esses ativos e passivos.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, denominadas "filiais", e ainda prestações suplementares concedidas a estas empresas. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Esta rubrica inclui ainda as participações em empresas associadas. As empresas associadas são entidades nas quais a Sociedade exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo ou controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

2.4. Impostos sobre lucros

A Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respetivo código. O perímetro do Grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor Park; e
- USGestar.

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, corrigido da parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do Grupo que se encontre incluída, nas bases tributáveis individuais, sendo tributado a uma taxa de 23% (exceto para os primeiros 15.000 euros de matéria coletável, caso em que é aplicada uma taxa de 17%). De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros.
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros

A taxa de Derrama Estadual de 7% para lucros tributáveis acima de 35.000.000 euros foi introduzida em 2014 pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC).

Para o exercício de 2014 a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo nº 81 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De referir que, com a publicação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), a qual veio revogar o regime das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, no que respeita ao tratamento das mais-valias e menos-valias e aos respectivos encargos financeiros, esta Sociedade passou, no exercício de 2014, a estar abrangida pelo regime de participation exemption, previsto nos artigos 51.º e seguintes do Código do IRC, criado no âmbito da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que aprovou a Reforma do IRC.

O regime de participation exemption prevê que os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a formação do lucro tributável desde que se verifiquem cumulativamente o cumprimento de determinados requisitos.

Por último, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) que produzirá efeitos relativamente aos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, reduziu a taxa de IRC para 21%.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro. Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.5. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. No caso da Sociedade as estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos à ordem		
- Banco Invest, S.A.	2.244	994
- Novo Banco, S.A.	469	640
- Banco Comercial Português, S.A.	76	199
	-----	-----
	2.789	1.833
	=====	=====

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2013 esta rubrica é composta por 25.000 ações da Portugal Telecom ("PT") adquiridas em maio de 2012 pelo valor de 100.114 euros. Na mesma data foi contratado um derivado para cobertura do risco de variações no justo valor destes títulos (Nota 5). No exercício de 2014 estas ações foram alienadas tendo também sido terminado o contrato de derivado associado.

5. DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta rubrica corresponde à valorização de um derivado celebrado com a Espírito Santo International S.A. em maio de 2012, para fazer face às variações da cotação das ações da PT adquiridas na mesma data. Atendendo a que estavam ser cumpridos os requisitos para contabilidade de cobertura, a valorização dos títulos registados na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" foi registada em resultados, compensando a valorização deste derivado. No exercício de 2014 com a alienação das ações da PT o contrato de derivado foi terminado.

6. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Participações financeiras		
Banco Invest, S.A.		
. Ações ordinárias	46.961.983	46.961.983
. Ações preferenciais	12.000.000	12.000.000
Paris-Asia	3.000.000	3.000.000
USGestar	1.400.000	1.400.000
Motor Park	1.384.425	1.384.425
	-----	-----
	64.746.408	64.746.408
Prestações suplementares		
Motor Park	1.000.000	1.000.000
	-----	-----
	65.746.408	65.746.408
Imparidade (Nota 7)	(2.384.425)	(2.384.425)
	-----	-----
	63.361.983	63.361.983
	=====	=====

As ações preferenciais do Banco Invest são remíveis sem data fixa sendo suscetíveis de pagamento de dividendos prioritários, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efetuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de junho de cada ano. Nos exercícios de 2014 e 2013 não foram pagos dividendos.

Se o dividendo prioritário não for pago na totalidade, o Banco fica inibido de declarar ou pagar qualquer distribuição de dividendos ordinários até à data de pagamento do dividendo preferencial seguinte que seja efetivamente pago.

As ações preferenciais do Banco Invest podem ser remidas nos termos da lei por opção do emitente, estando sujeito a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas e a aprovação prévia pelo Banco de Portugal.

Em dezembro de 2013 a Alves Ribeiro-Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. participou no aumento de capital da sociedade Paris-Asia, cujo capital social passou a estar representado por 143 ações, com a Alves Ribeiro-Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. a deter 30% do capital desta entidade. Este aumento de capital foi efetuado, através da subscrição de 43 novas ações, com o valor nominal de 10 euros cada, ao preço de 69.767,44 euros por ação, correspondentes a 3.000.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras das filiais e associadas podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2014				2013			
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Total de Proveitos	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Total de Proveitos
Banco Invest (Contas consolidadas)	645.759.316	104.422.253	4.833.610	22.742.576	595.172.391	92.777.806	24.631.263	23.185.607
USGestar	1.800.724	897.081	(110.070)	-	1.866.785	1.007.151	54.489	144.674
Motor Park	42.167	(2.032.517)	(14.205)	41.547	35.991	(2.018.313)	(4.896)	53.841
Paris-Asia	40.224.119	1.508.171	(1.458.864)	12.687.944	21.166.094	2.967.035	(33.965)	13.393.914

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Motor Park apresenta um capital próprio negativo, pelo que foi registada imparidade pelo valor total da participação financeira e das prestações suplementares concedidas pela Sociedade. Não foi registada qualquer provisão adicional, dado ser entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que não será efetuada qualquer contribuição adicional sob a forma de aumento de capital ou reforço de prestações suplementares à Motor Park, uma vez que qualquer efeito negativo, incluindo o que poderá decorrer de uma eventual venda da participação ou trespasse da sua atividade, será refletido no valor do crédito obtido pela Motor Park junto do Banco Invest, não implicando qualquer impacto patrimonial nas contas individuais da Sociedade.

7. IMPARIDADE

A imparidade registada pela Sociedade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era a seguinte (Nota 6):

Imparidade para participações:	
Motor Park	1.384.425
Imparidade para prestações suplementares:	
Motor Park	1.000.000
	<u>2.384.425</u>
	=====

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos por impostos correntes		
Retenções na fonte	-	2.031
Pagamentos por conta	1.000	1.000
	<u>1.000</u>	<u>3.031</u>
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(499.373)	(499.373)
	=====	=====

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

Imparidade para participações financeiras	366.873
Imparidade para prestações suplementares	132.500
	<u>499.373</u>
	=====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(129.746)		(103.060)
Imposto apurado com base na taxa nominal	23,00%	(29.842)	25,00%	(25.765)
Correcção a imposto de exercicios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Juros não aceites fiscalmente	(16,90%)	21.921	(8,80%)	11.417
Impostos diferidos não registados - prejuizo fiscal reportável	(7,60%)	9.867	(10,27%)	13.325
Impostos recuperados de exercicios anteriores	(22,24%)	28.850	-	-
Outros	0,00%	-	(1,98%)	2.569
	<u>-22,24%</u>	<u>28.850</u>	<u>0,00%</u>	<u>-</u>
		=====		=====

[Handwritten signatures and initials]

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2011 a 2014 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direção - Geral das Contribuições e Impostos poderá efetuar as correções necessárias para determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que venha a ser efetuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2014.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica é composta por um financiamento de 4.500.000 Euros concedido em maio de 2014 à Paris Asia pelo prazo de 24 meses, com juros a serem capitalizados e liquidados no final do prazo do financiamento. Este financiamento vence juros anualmente, sendo que em 31 de Dezembro de 2014 o valor de juros a receber ascende a 79.802 euros.

10. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco Invest, S.A.	10.382.000	5.810.630
Encargos a pagar:		
Juros de recursos de instituições de crédito	19.871	12.398
	<u>10.401.871</u>	<u>5.823.028</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta inclui financiamentos junto do Banco Invest, S.A. que apresentam as seguintes características:

Data de início	Prazo	Condições contratuais			2014	2013
		Montante máximo de utilização	Outras condições	Taxa de juro	Saldo utilizado	Saldo utilizado
15-12-2011	12 meses	3.000.000	Renovável automaticamente por períodos de 12 meses	Euribor 6 meses + 1%	2.882.000	2.710.000
03-05-2012	21 meses	100.630	Bullet	Euribor 3 meses + 3,5%	-	100.630
09-12-2013	36 meses	7.500.000	n.a.	Euribor 6 meses + 2%	7.500.000	3.000.000
					<u>10.382.000</u>	<u>5.810.630</u>

[Handwritten signatures and initials]

11. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde a acréscimos de gastos a pagar.

12. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

<u>Entidade</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Montante</u>	<u>%</u>
SOTIF, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
VALRI, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
MS – Participações, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
LERIMO, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
	<u>7.200.000</u>	<u>36.000.000</u>	<u>100%</u>
	=====	=====	=====

13. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reserva legal	450.000	450.000
Reserva livre	23.645.221	23.645.221
Resultados transitados	(2.959.223)	(2.856.163)
	<u>21.135.998</u>	<u>21.239.058</u>
Resultado do exercício	(100.896)	(103.060)
	<u>21.135.998</u>	<u>21.135.998</u>
	=====	=====

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital.

14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

No exercício de 2014 esta rubrica inclui essencialmente 79.802 euros de juros relacionados com o financiamento concedido à Paris Asia em maio de 2014 (Nota 9).

15. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica inclui os juros dos financiamentos contraídos junto do Banco Invest, S.A. (Nota 10).

16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

No exercício de 2013, esta rubrica corresponde na sua totalidade a dividendos recebidos de ações da Portugal Telecom.

17. COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde a comissões pagas por garantias e avales, e comissões bancárias.

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2014 e 2013 esta rubrica inclui o imposto de selo incorrido sobre os juros de financiamentos da Sociedade. No exercício de 2013 a rubrica "Outros encargos e perdas operacionais – imposto de selo" incluía 37.500 euros referentes a impostos de selo pago por um novo contrato de financiamento estabelecido nesse exercício.

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços especializados	9.489	9.437
Publicidade e edição de publicações	160	160
Outros serviços de terceiros	470	146
	-----	-----
	10.119	9.743
	=====	=====

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Certificação Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ascenderam a 7.500 euros.

20. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transações mantidos com entidades do Grupo, são os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco Invest		
<u>Balanco</u>		
• Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 3)	2.244	994
• Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	58.961.983	58.961.983
• Recursos de instituições de crédito (Nota 10)	(10.401.871)	(5.823.028)
<u>Demonstração dos resultados</u>		
• Juros e rendimentos similares (Nota 14)	425	4.307
• Juros e encargos similares (Nota 15)	(175.112)	(45.666)
• Encargos de serviços e comissões (Nota 17)	(835)	(985)
Motor Park		
<u>Balanco</u>		
• Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	2.384.425	2.384.425
• Imparidade (Nota 6)	(2.384.425)	(2.384.425)
US Gestar		
<u>Balanco</u>		
• Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	1.400.000	1.400.000
Paris-Asia		
<u>Balanco</u>		
• Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	3.000.000	3.000.000
• Outros ativos (Nota 5)	4.579.802	-
<u>Demonstração dos resultados</u>		
• Juros e rendimentos similares (Nota 14)	79.802	-

21. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 existe um processo executivo, cujo valor reclamado nessas datas ascende a 334.125 euros, para o qual não foi constituída qualquer provisão, na medida em que é convicção do Conselho de Administração, baseada nos consultores legais da Sociedade, que é remota a possibilidade de no desfecho da referida ação a Sociedade ser condenada a efetuar pagamentos no âmbito desses processos. Neste âmbito, no exercício de 2008 a Sociedade prestou uma garantia bancária à Autoridade Tributária e Aduaneira pelo mesmo montante.

III. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



2/12/11
DAR

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANCOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2014		2013		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2014	2013
	Ativo Bruto	Impairidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	2.236.466	6.171.582	19	Recursos de Bancos Centrais	216.704.549	221.630.278		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.557	-	7.168.557	5.757.643	7 e 20	Passivos financeiros detidos para negociação	493.556	385.853		
Ativos financeiros detidos para negociação	58.988.160	-	58.988.160	54.865.367	21	Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	5.389.248		
Ativos financeiros disponíveis para venda	265.657.321	(3.601.513)	262.055.808	236.186.555	22	Recursos de clientes e outros empréstimos	278.073.093	233.834.316		
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	3.400.352	-	23	Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	31.955.421		
Crédito a clientes	204.723.066	(30.676.082)	174.046.984	168.399.475	24	Provisões	729.239	846.253		
Investimentos detidos até à maturidade	77.280.239	-	77.280.239	63.787.169	24	Passivos por impostos correntes	2.622.672	68.187		
Derivados de cobertura	-	-	-	21.776	17	Passivos por impostos diferidos	3.414.249	1.327.338		
Ativos não correntes detidos para venda	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694	31.984.247	17	Outros passivos	12.622.532	7.716.840		
Propriedades de investimento	6.846.709	(2.248.341)	4.598.368	4.731.440	25	Total do Passivo	541.988.211	503.153.734		
Outros ativos tangíveis	6.375.842	(4.366.126)	2.009.716	2.394.639		Capital	36.000.000	36.000.000		
Ativos intangíveis	1.989.393	(1.863.454)	125.939	270.190	26	Reservas de reavaliação	9.943.074	2.938.936		
Investimentos em associadas	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	27	Outras reservas e resultados transitados	48.193.188	23.394.910		
Ativos por impostos correntes	10.514	-	10.514	1.081.929	27	Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade	4.584.849	24.798.278		
Ativos por impostos diferidos	7.555.989	-	7.555.989	7.653.523	28	Interesses que não controlam	1.754.994	1.844.833		
Outros ativos	9.888.968	(37.438)	9.851.530	5.825.156		Total do Capital próprio	100.476.105	86.976.957		
Total do Ativo	684.386.495	(51.922.182)	642.464.316	592.130.691		Total do Passivo e do Capital Próprio	642.464.316	592.130.691		

O Anexo faz parte integrante destes balanços.




Diana Alves Ribeiro

Diana Alves Ribeiro



Diana Alves Ribeiro



ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	29	20.176.570	20.980.020
Juros e encargos similares	30	(7.736.534)	(10.359.080)
MARGEM FINANCEIRA		12.440.036	10.620.940
Rendimentos de instrumentos de capital	31	-	24.974
Rendimentos de serviços e comissões	32	2.428.002	2.098.125
Encargos com serviços e comissões	33	(442.378)	(465.984)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	2.733.653	1.990.826
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	35	5.992.456	2.823.979
Resultados de reavaliação cambial	36	560.990	284.880
Resultados de alienação de outros ativos	37	(939.963)	(451.563)
Outros resultados de exploração	38	156.312	34.338.886
PRODUTO BANCÁRIO		22.929.108	51.265.063
Custos com pessoal	39	(5.067.881)	(4.882.233)
Gastos gerais administrativos	40	(4.628.617)	(4.224.855)
Amortizações do exercício	13, 14 e 15	(757.680)	(907.913)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	24	-	(100.000)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	24	(2.701.097)	(15.467.658)
Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações	24	(581.278)	366.575
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	24	(1.069.452)	(3.586.979)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		8.123.103	22.462.000
Impostos	17	(2.939.417)	(436.871)
Correntes	17	(535.465)	2.989.188
Diferidos		(3.474.882)	2.552.317
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		4.648.221	25.014.317
Resultado atribuível a interesses que não controlam	28	(63.372)	(216.039)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA SOCIEDADE		4.584.849	24.798.278

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

J. A.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Diana Alves Ribeiro

[Handwritten signature]

Rita Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado consolidado antes de interesses que não controlam		
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração dos resultados:	<u>4.648.221</u>	<u>25.014.317</u>
Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	13.764.148	6.929.528
Transferência para resultados por imparidade	1.169.359	(366.576)
Transferência para resultados por alienação	(5.992.456)	(2.823.979)
Impacto fiscal	(1.944.878)	(962.231)
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados	<u>6.996.173</u>	<u>2.776.742</u>
Rendimento integral consolidado antes de interesses que não controlam	<u>11.644.394</u>	<u>27.791.059</u>
Interesses que não controlam	(55.407)	(208.074)
Rendimento integral consolidado	<u>11.588.987</u>	<u>27.582.985</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

J. A.

[Handwritten signature]

Diana Alves Ribeiro
[Handwritten signature]
 Diana Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados		Resultados do exercício	Interesses que não controlam	Total		
	Reservas de justo valor	Reservas de impostos diferidos	Total	Outras reservas				Resultados transitados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	219.369	(65.140)	154.229	10.234.558	10.309.742	20.544.300	2.874.948	1.636.759	61.210.236
Aplicação do resultado do exercício de 2012									
Transferência para reservas e resultados transitados					2.874.948	2.874.948			
Rendimento integral do exercício de 2013	3.746.938	(962.231)	2.784.707				(2.874.948)		
Outras variações					(24.339)	(24.339)		208.074	27.791.059
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	3.966.307	(1.027.371)	2.938.936	10.234.558	13.160.351	23.394.909	24.798.278	1.844.833	88.976.956
Aplicação do resultado do exercício de 2013									
Transferência para reservas e resultados transitados					24.798.278	24.798.278	(24.798.278)		
Rendimento integral do exercício de 2014	8.949.016	(1.944.878)	7.004.138				4.584.849	55.407	11.644.394
Outras alterações nos interesses que não controlam								(145.246)	(145.246)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	12.915.323	(2.972.249)	9.943.074	10.234.558	37.958.629	48.193.188	4.584.849	1.754.994	100.476.105

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

[Handwritten signatures and names in blue ink]
 Diana Alves Ribeiro
 Rita Almeida Ribeiro

[Handwritten signature]

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	22.471.661	21.383.111
Pagamentos de juros e comissões	(7.895.257)	(10.102.359)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.976.651)	(9.032.950)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	787.752	(1.839.914)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional	775.962	1.522.406
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>6.163.467</u>	<u>1.930.294</u>
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros detidos para negociação	(910.187)	20.679.518
Ativos financeiros disponíveis para venda	(14.620.317)	(27.192.221)
Aplicações em instituições de crédito	(3.400.352)	
Crédito a clientes	(12.009.445)	8.845.647
Investimentos detidos até à maturidade	(13.493.070)	24.286.474
Ativos não correntes detidos para venda	685.400	(5.630.752)
Outros ativos	759.402	1.744.941
	<u>(42.988.569)</u>	<u>22.733.607</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais	(5.000.000)	(7.500.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.918.594)	(1.865.945)
Recursos de clientes	44.120.030	51.034.996
Responsabilidades representadas por títulos	(7.123.295)	(68.703.843)
Outros passivos	5.096.745	1.276.334
	<u>34.174.886</u>	<u>(25.758.458)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(2.650.216)</u>	<u>(1.094.557)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de ativos tangíveis e intangíveis	126.014	(110.300)
Investimentos em associadas	-	(3.000.000)
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>126.014</u>	<u>(3.110.300)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(2.524.202)</u>	<u>(4.204.857)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.929.225	16.134.082
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.405.023	11.929.225
	<u>(2.524.202)</u>	<u>(4.204.857)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Alves Ribeiro, SGPS") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, que resultou da alteração, ocorrida em 17 de janeiro de 1997, da denominação social da Victor Silva Ribeiro e Irmãos, Lda..

A Sociedade tem por objeto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e em 31 de dezembro de 2014 detém as seguintes participações diretas:

- Uma participação de 99,13% do capital do Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest), o qual por sua vez é detentor da totalidade do capital social da Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Invest Gestão de Ativos").

O Banco Invest tem por objeto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à atividade de gestão de ativos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento. Para a realização das suas operações o Banco dispõe de três balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

A Invest Gestão de Ativos foi constituída em 11 de fevereiro de 1998 e tem como objeto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

O Banco realizou duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda. Conforme descrito na Nota 9, esta operação foi terminada em 2014.
- Uma participação de 100% do capital da Motor – Park – Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Motor – Park). No exercício de 2011, a Motor Park efetuou o trespasse da sua atividade para uma outra entidade, tendo ficado desde essa data sem atividade operacional
- Uma participação de 100% do capital da US Gestar – Gestão de imóveis, S.A. (US Gestar).
- No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Ativos, que tem como atividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.
- Em 31 de dezembro de 2013 adquiriu por 3.000.000 euros uma participação de 30% na Paris Asia, representada por 43 ações com o valor nominal de 10 euros. A aquisição das ações foi efetuada através da emissão de novas ações da Sociedade, tendo originado um prémio de emissão de 2.999.570 euros. A Sociedade está localizada em Paris, e tem como objeto o desenvolvimento de um espaço de comércio nessa cidade.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2015.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 da Alves Ribeiro, SGPS e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Alves Ribeiro, SGPS e as das entidades por si controladas, direta ou indiretamente (Nota 3) ("Grupo"), incluindo entidades com finalidade especial.

De acordo com os requisitos da IFRS 10, o Grupo considera que exerce controlo quando se encontre exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como "filial") e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas atividades relevantes, apoderar-se dos mesmos (poder de facto). O Grupo inclui no seu perímetro de consolidação as entidades com finalidade especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido controlo.

A consolidação das contas das filiais foi efetuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transações e os saldos significativos entre as entidades objeto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Alves Ribeiro, SGPS e das filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transações entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação. Quando do reconhecimento inicial, estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui ativos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de ativos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros ativos”.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 44). Estes ativos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right, an arrow pointing up, and initials 'A. D. M.' and 'D. A. R.' at the bottom right.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Grupo a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de ativos financeiros que foram reclassificados das rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 44). Estes ativos foram registados ao justo valor com referência a 1 de julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros enquadrados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transações recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de ativos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como Ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efetuada em situações excecionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, era uma situação excecional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Grupo tiver intenção e capacidade para manter os ativos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respetivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o ativo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transacionado num mercado ativo).

Na reclassificação de ativos classificados como Ativos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respetivos ganhos e perdas dos ativos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “deemed cost” do ativo financeiro.

Na sequência da reclassificação de ativos classificados como Ativos financeiros detidos para negociação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efetuada a reclassificação de ativos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos ativos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efetiva, no caso de ativos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os ativos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos ativos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram refletidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor refletidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tomando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara, no início da operação, documentação formal que inclui os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização da contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, na rubrica “Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no ativo e no passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas onde se encontram registados esses ativos e passivos.

N

Handwritten signatures and initials, including a large vertical line and the letters 'DAR' at the bottom right.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e ativos registados ao justo valor, nomeadamente os ativos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual, de acordo com a natureza dos ativos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade, são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Grupo definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- Rating inferior a BBB-, ou seja, Non investment grade;
- Deterioração significativa dos ativos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "recover value" esperado;
 - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efetuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de rating igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, excetuam-se os títulos de dívida subordinada, ações preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
- Redução do "credit enhancement" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Grupo poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Grupo constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco Invest (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na Reserva de justo valor até que o ativo seja vendido.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Nos casos em que o ativo não seja alienado no prazo de um ano, o Grupo avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Grupo, que desenvolveu todas ações necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o ativo continua a ser ativamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Propriedades de Investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo da obtenção de rendimentos através do seu arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo do custo previsto na Norma IAS 40 – “Propriedades de investimento”, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado.

No exercício de 2014, as rendas recebidas são reconhecidas como proveitos no período a que dizem respeito na rubrica “Outros resultados de exploração”, da demonstração de resultados (em 2013 foram registados na rubrica “Resultados de alienação de outros ativos”).

2.7. Outros ativos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor nas respetivas rubricas de ativo e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

2.9. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em associadas

As empresas associadas são entidades nas quais a Sociedade exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas associadas adquiridas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

2.11. Impostos sobre lucros

A Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respetivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 23% sobre a matéria coletável (exceto para os primeiros 15.000 euros de matéria coletável, caso em que é aplicada uma taxa de 17%), e os referidos lucros tributáveis serão sujeitos a uma derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros.
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros

A taxa de Derrama Estadual de 7% para lucros tributáveis acima de 35.000.000 euros foi introduzida em 2014 pela Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro (Lei da Reforma do IRC).

Por último, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) que produzirá efeitos relativamente aos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, reduziu a taxa de IRC para 21%.

Face a tais alterações a taxa utilizada no exercício de 2014 no cálculo dos impostos diferidos foi de 22,5% (Nota 17).

De referir que, com a publicação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), a qual veio revogar o regime das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, no que respeita ao tratamento das mais-valias e menos-valias e aos respectivos encargos financeiros, a Sociedade passou, no exercício de 2014, a estar abrangida pelo regime de participation exemption, previsto nos artigos 51.º e seguintes do Código do IRC, criado no âmbito da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que aprovou a Reforma do IRC.

O regime de participation exemption prevê que os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a formação do lucro tributável desde que se verifiquem cumulativamente o cumprimento de determinados requisitos.

No que respeita aos encargos financeiros aplica-se a limitação geral prevista no artigo 67.º do Código do IRC, nos termos do qual não são dedutíveis os gastos de financiamento líquidos que excedam o maior dos seguintes limites: 1.000.000 euros ou 30% do EBITDA fiscal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 22,5% e 26,5%, respetivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.13. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco Invest não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de atos únicos.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade e suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACIONADOS EM MERCADOS ATIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em contas as regras definidas pelo IAS 39.

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas "Crédito a clientes", "Investimentos detidos até à maturidade" e "Ativos financeiros disponíveis para venda". A análise de imparidade é efetuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4 d)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)2.18. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2013 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito da aplicação das IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
Emenda às normas: - IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades (Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadram na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, endossadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Ativos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os ativos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como ativos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a atividade da Sociedade e das suas subsidiárias, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa		Integral
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	99,13%	Integral
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Saldanha Holdings	Sociedade Financeira	Malta	100,0%	Integral
Saldanha Finance	Sociedade Financeira	Malta	100,0%	Integral
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	Comércio de veículos	Lisboa	100%	Integral
US Gestar - Gestão de Imóveis, S.A.	Comércio de veículos	Lisboa	100%	Integral

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das respetivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2014			2013		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	67.945.574	57.035.102	(100.896)	63.467.623	57.135.998	(103.060)
Banco Invest, S.A.	646.056.466	76.526.421	17.389.650	657.179.974	51.368.462	(4.955.394)
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.923.887	1.883.176	114.437	1.781.727	1.768.738	103.313
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	20.035.962	18.404.743	2.802.191	34.100.533	27.713.817	(247.432)
AR Finance 1, plc	30.251.041	(747.525)	3.322.830	34.267.945	(4.070.355)	(473.438)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo				99.974.439	93.882.378	(502.276)
Invest Finance BV				94.453.861	18.000	17.200
Fundo Tejo	8.281.882	7.942.227	156.330	8.106.257	7.785.897	3.986
Saldanha Holdings	17.341	(30.181)	16.968.339	52.752.530	2.629	1.130
Saldanha Finance	17.566.973	17.561.391	34.559.891	52.941.490	163.719	162.219
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	42.167	(2.032.517)	(14.205)	35.991	(2.018.313)	(4.896)
US Gestar - Gestão de Imóveis, S.A.	1.800.724	897.081	(110.070)	1.866.785	1.007.151	54.489

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco Invest. Esta Sociedade foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance que é detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido diretamente pelo Banco Invest.

Em novembro de 2013 o Banco Invest concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.00 euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição dos VFN. O preço de aquisição dos VFN foi de 54.041.214 euros, correspondentes a 61% do valor nominal dos VFN que ascendiam nessa data a 88.460.993 euros. No exercício de 2014 este financiamento foi liquidado na sua totalidade.

Em março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Nos termos previstos no regulamento de gestão do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal.

4. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo adotou os seguintes segmentos operacionais:

- Comercial - Crédito a clientes
- Mercados - Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos

Nos exercícios de 2014 e 2013, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por segmento operacional é a seguinte:

	2014		Total
	Comercial	Mercados	
Margem financeira	9.952.029	2.488.007	12.440.036
Resultados de serviços e comissões	1.985.624		1.985.624
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		2.733.653	2.733.653
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		5.992.456	5.992.456
Outros resultados de exploração e outros	(783.651)	560.990	(222.661)
Produto bancário	11.154.002	11.775.106	22.929.108
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(7.277.915)	(2.418.583)	(9.696.498)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(568.280)	(189.420)	(757.680)
Provisões e imparidade	(3.770.549)	(581.278)	(4.351.827)
Resultado antes de impostos	(462.722)	8.585.825	8.123.103
Impostos	(1.199.638)	(2.275.244)	(3.474.882)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(1.662.360)	6.310.582	4.648.221
Resultado atribuível a interesses minoritários		(63.372)	(63.372)
Resultado consolidado do exercício	(1.662.360)	6.247.210	4.584.849
Activos financeiros detidos para negociação		58.988.160	58.988.160
Activos financeiros disponíveis para venda		262.055.808	262.055.808
Crédito a clientes	142.361.940	31.685.044	174.046.984
Investimentos detidos até à maturidade		77.280.239	77.280.239
Recursos de bancos centrais		216.704.549	216.704.549
Recursos de outras instituições de crédito		2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos		278.073.093	278.073.093
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	24.857.667

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível na Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	8.480.015	2.140.925	10.620.940
Rendimentos de instrumentos de capital		24.974	24.974
Resultados de serviços e comissões	1.632.141		1.632.141
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		1.990.826	1.990.826
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		2.823.979	2.823.979
Outros resultados de exploração e outros	(329.438)	34.501.641	34.172.203
Produto bancário	9.782.718	41.482.345	51.265.063
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(6.845.607)	(2.261.481)	(9.107.088)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(694.496)	(213.417)	(907.913)
Provisões e imparidade	(18.490.655)	(297.407)	(18.788.062)
Resultado antes de impostos	(16.248.040)	38.710.040	22.462.000
Impostos	2.973.607	(421.290)	2.552.317
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(13.274.433)	38.288.750	25.014.317
Resultado atribuível a interesses que não controlam	-	(216.039)	(216.039)
Resultado consolidado do exercício	(13.274.433)	38.072.711	24.798.278
Ativos financeiros detidos para negociação		54.865.367	54.865.367
Ativos financeiros disponíveis para venda		236.186.555	236.186.555
Crédito a clientes	160.725.191	7.674.284	168.399.475
Investimentos detidos até à maturidade		63.787.169	63.787.169
Recursos de bancos centrais		221.630.278	221.630.278
Recursos de outras instituições de crédito		5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos		233.834.316	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421		31.955.421

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível na Sociedade.

A totalidade da atividade do Grupo é desenvolvida em Portugal.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and the name "DAR" in blue ink.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	412.415	552.582
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1.824.051	5.619.000
	-----	-----
	2.236.466	6.171.582
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Disponibilidades em outras instituições de crédito</u>		
Depósitos à ordem		
No país	1.914.286	1.770.928
No estrangeiro	5.254.271	3.986.715
	-----	-----
	7.168.557	5.757.643
	=====	=====
<u>Aplicações em instituições de crédito:</u>		
Instituições de crédito no país	3.400.000	-
Juros a receber	352	-
	-----	-----
	3.400.352	-
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

Até três meses	3.000.000
De três meses a um ano	400.000

	3.400.000
	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 2.271.242 euros e 864.226 euros, respetivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, pic junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das Classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 23).

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a large signature and several smaller initials.

7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Dívida pública portuguesa		36.551
De outros residentes		
De outros emissores públicos nacionais	50.023	50.845
Instituições de crédito	4.164.160	359.716
Empresas	20.000	
Papel comercial	13.694.143	10.429.595
De não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	2.219.110	4.366.654
Instituições de crédito	24.241.232	28.711.486
Empresas	7.677.089	5.474.264
	-----	-----
	52.065.157	49.429.111
Juros a receber	309.202	454.986
	-----	-----
	52.375.159	49.884.097
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
Ações	1.194.224	1.008.974
De não residentes		
Ações	3.044.985	2.088.030
Unidades de participação	8.643	143.516
	-----	-----
	4.247.852	3.240.520
	-----	-----
<u>Instrumentos financeiros derivados</u>		
<u>Swaps</u>		
Taxa de juro	103.245	398.600
Outros	1.439.970	1.094.326
Opções	821.936	247.824
	-----	-----
	2.365.151	1.740.750
	-----	-----
	58.988.160	54.865.367
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	2013
Dívida pública portuguesa	-	43.000
De outros residentes		
· Outros emissores públicos	50.000	51.000
· Instituições de crédito	5.020.000	350.000
· Empresas	20.000	-
· Papel comercial	13.730.000	10.500.000
De não residentes		
· Emissores públicos Estrangeiros	2.000.000	4.290.000
· Instituições de crédito	25.000.000	29.455.029
· Empresas	7.900.982	5.630.982
	<u>53.720.982</u>	<u>50.320.011</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2014			Total
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação (Nota 20)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
· Swaps				
De taxa de juro	42.392.240	103.245	(17.372)	85.873
Outros	5.878.247	1.439.970	-	1.439.970
· Opções embutidas em depósitos estruturados	21.474.042	821.936	(468.697)	353.239
· Opções de cotações	164.731	-	(7.487)	(7.487)
	<u>69.909.260</u>	<u>2.365.151</u>	<u>(493.556)</u>	<u>1.871.595</u>
<i>Transacionados em bolsa</i>				
· Futuros				
De taxa de juro	4.746.963	-	-	-
De cotações	756.825	-	-	-
De divisas	3.703.098	-	-	-
	<u>9.206.886</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>79.116.146</u>	<u>2.365.151</u>	<u>(493.556)</u>	<u>1.871.595</u>

Handwritten signatures and initials, including "DAR" and "DAR" with a checkmark.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013			Total
	Montante nocional Derivados de negociação	Valor contabilístico		
		Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação (Nota 20)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
<i>Swaps</i>				
De taxa de juro	56.257.019	398.600	-	398.600
Outros	5.878.247	1.094.326	(17.375)	1.076.951
<i>Opções embutidas</i>				
em depósitos estruturados	10.711.626	247.824	(367.804)	(119.980)
Opções de cotações	66.710	-	(674)	(674)
	<u>72.913.602</u>	<u>1.740.750</u>	<u>(385.853)</u>	<u>1.354.897</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
<i>Futuros</i>				
De taxa de juro	8.969.975	-	-	-
De cotações	1.960.252	-	-	-
De divisas	4.686.222	-	-	-
	<u>15.616.449</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>88.530.051</u>	<u>1.740.750</u>	<u>(385.853)</u>	<u>1.354.897</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o montante nocional de swaps de taxa de juro inclui 34.477.240 euros e 43.379.100 euros, respetivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efetuadas pelo Banco Invest (Nota 9).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

	2014					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
<i>Swaps</i>						
De taxa de juro	750.000	-	7.165.000	-	34.477.240	42.392.240
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	<u>750.000</u>	<u>-</u>	<u>7.165.000</u>	<u>5.878.247</u>	<u>34.477.240</u>	<u>48.270.487</u>
<i>Opções embutidas</i>						
em depósitos estruturados	7.109.798	5.637.003	5.320.337	3.406.905	-	21.474.042
Opções De cotações e câmbios	-	164.731	-	-	-	164.731
	<u>-</u>	<u>164.731</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>164.731</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
<i>Futuros</i>						
De taxa de juro	999.250	1.749.038	749.625	1.249.050	-	4.746.963
De cotações	756.825	-	-	-	-	756.825
De divisas	3.703.098	-	-	-	-	3.703.098
	<u>5.459.173</u>	<u>1.749.038</u>	<u>749.625</u>	<u>1.249.050</u>	<u>-</u>	<u>9.206.886</u>
	<u>13.318.971</u>	<u>7.550.772</u>	<u>13.234.962</u>	<u>10.534.202</u>	<u>34.477.240</u>	<u>79.116.146</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
<i>Swaps</i>						
De taxa de juro	3.250.000	2.350.000	3.462.919	3.815.000	43.379.100	56.257.019
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	3.250.000	2.350.000	3.462.919	9.693.247	43.379.100	62.135.266
<i>Opções embutidas em depósitos estruturados</i>						
Opções de cotações e câmbios	3.673.246	2.077.829	4.331.551	629.000	-	10.711.626
	-	-	66.710	-	-	66.710
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
<i>Futuros</i>						
De taxa de juro	3.739.500	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	8.969.975
De cotações	1.960.252	-	-	-	-	1.960.252
De divisas	4.686.222	-	-	-	-	4.686.222
	10.385.974	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	15.616.449
	17.309.220	6.422.029	9.854.655	11.565.047	43.379.100	88.530.051

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
<u>Mercado de balcão (OTC)</u>		
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro		
· Instituições financeiras	34.477.240	43.379.100
· Clientes	7.915.000	12.877.919
Outros		
· Clientes	5.878.247	5.878.247
<i>Opções embutidas em depósitos estruturados</i>		
· Clientes	21.474.042	10.711.626
<i>Opções</i>		
· De cotações	164.731	66.710
	69.909.260	72.913.602
<u>Transaccionados em bolsa</u>		
<i>Futuros</i>		
De taxa de juro	4.746.963	8.969.975
De cotações	756.825	1.960.252
De divisas	3.703.098	4.686.222
	9.206.886	15.616.449
	79.116.146	88.530.051

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	110.860	18.598.740
De outros residentes:		
· Emissões públicas nacionais	2.000.920	1.993.460
· Instituições de crédito	2.117.727	2.535.692
· Outras obrigações	20.949.343	16.911.397
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	142.067.476	90.255.701
· Outras obrigações	87.362.676	96.204.755
	-----	-----
	254.609.000	226.499.755
	-----	-----
Juros a receber	2.712.074	3.312.241
	-----	-----
	257.321.074	229.811.996
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
Emitidos por residentes		
· Valorizados ao justo valor	7.869.822	8.063.635
Emitidos por não residentes		
· Valorizados ao justo valor	466.425	1.875.799
	-----	-----
	8.336.247	9.939.436
	-----	-----
	265.657.321	239.751.432
	-----	-----
Imparidade (Nota 24)	(3.601.513)	(3.564.877)
	-----	-----
	262.055.808	236.186.555
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade é apresentado na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 5.233.000 euros. Relativamente a esta participação, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	100.000	20.100.000
De outros residentes		
Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
Instituições de crédito	2.100.000	2.500.000
Outras obrigações	19.600.000	16.100.000
De não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	135.500.100	90.500.100
Outras obrigações	81.300.000	93.708.996
	-----	-----
	240.600.100	224.909.096
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.633	(277.441)
De outros residentes		
Emissores públicos nacionais	347	(9.902)
Outras obrigações	1.350.351	718.728
Instituições de crédito	18.188	32.793
De não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	7.977.589	1.658.043
Outras obrigações	4.834.252	1.258.359
	-----	-----
	14.196.360	3.380.580
	-----	-----
Instrumentos de capital	(1.278.231)	611.815
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	(2.806)	(26.088)
	-----	-----
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 27)	12.915.323	3.966.307
	=====	=====

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the name "Diana".

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Crédito interno securitizado:		
• Operações de locação financeira imobiliária	13.391.775	62.634.070
• Empréstimos a médio e longo prazo	6.586.472	43.234.903
	<u>19.978.247</u>	<u>105.568.973</u>
Crédito interno não securitizado:		
• Operações de locação financeira imobiliária	55.822.044	14.628.704
• Empréstimos a médio e longo prazo	46.291.999	11.541.726
• Créditos em conta corrente	4.577.334	10.394.622
• Operações de locação financeira mobiliária	635.487	594.924
• Descobertos em depósitos à ordem	2.520.737	3.121.177
• Outros créditos	5.544.755	5.582.465
	<u>115.392.356</u>	<u>45.863.618</u>
Crédito ao exterior:		
• Empréstimos a médio e longo prazo	-	532.897
• Descobertos em depósitos à ordem	342.136	335.798
	<u>342.136</u>	<u>868.695</u>
Juros a receber	365.875	442.285
Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida:		
De outros residentes		
De outros emissores públicos nacionais	10.166.017	-
Empresas	17.503.173	2.530.575
De não residentes		
• Instituições de crédito	1.000.000	1.000.000
• Empresas	3.651.564	5.900.077
• Juros a receber	154.070	30.303
	<u>32.474.824</u>	<u>9.460.955</u>
Comissões associadas ao custo amortizado:		
• Despesas com encargo diferido	170.884	204.615
• Receitas com rendimento diferido	(80.448)	(87.076)
	<u>90.436</u>	<u>117.539</u>
Crédito e juros vencidos	36.079.192	35.175.763
	<u>204.723.066</u>	<u>197.497.828</u>
Imparidade (Nota 24)		
• Para crédito concedido	(29.697.652)	(27.383.233)
• Para crédito a clientes – títulos de dívida	(978.430)	(1.715.120)
	<u>174.046.984</u>	<u>168.399.475</u>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações de securitização:		
• AR Finance	19.978.247	25.622.227
• Invest Finance - Conduit	-	79.946.746
	-----	-----
	<u>19.978.247</u>	<u>105.568.973</u>
	=====	=====

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

• AR Finance:

Em 19 de dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “cross default”, pelo montante de 100.007.912 euros. Em dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respetivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 euros e 42.000.000 euros, respetivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é refletido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2014	2013			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	-	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,84%
Classe B	35.500.000	19.779.997	29.068.820	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.380.000	9.921.029	7.850.158	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	<u>154.580.000</u>	<u>30.901.025</u>	<u>38.118.978</u>				

1

19/12/14
[Handwritten signature]

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respetivos valores nominais, nos montantes de 81.046 euros e 218.452 euros, respetivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as obrigações da Classe B apresentam "Rating AAA" atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efetuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital vincendo e vencido resultante dos créditos cedidos ascendia a 19.978.247 euros e 5.079.764 euros, respetivamente (em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 25.622.227 euros e 5.504.093 euros, respetivamente).

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de dezembro de 2013 a 79.946.746 euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respetivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é desde janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continuava a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito eram entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integravam o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebia uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que correspondia a uma taxa anual de 1%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 euros. Em 31 de dezembro de 2013, o papel comercial emitido ascendia a 87.204.148 euros. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos eram integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos era refletido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consistia em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação devia corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tinha uma remuneração mensal, que correspondia essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 euros.

Em novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. Desta forma, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o papel comercial era integralmente detido pela Sociedade Saldanha Holdings Limited, tendo o Grupo registado um ganho com a recompra no montante de 34.419.779 euros (Nota 38).

Em março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Conforme previsto no regulamento do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal. Adicionalmente, a aplicação subordinada no Invest Finance 1 foi reembolsada na totalidade.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se refletido no passivo, na rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado, o crédito vencido, juros a receber, comissões e imparidade, apresentam a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até três meses	8.191.479	7.808.661
De três meses a um ano	2.369.124	6.306.478
De um ano a cinco anos	14.325.836	18.651.416
Mais de cinco anos	110.826.300	119.534.731
	-----	-----
	135.712.739	152.301.286
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até três meses	261.310	318.376
De três meses a um ano	2.034.746	2.466.203
Mais de um ano	33.783.136	32.391.184
	<u>36.079.192</u>	<u>35.175.763</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 45.071.366 euros e 53.343.845 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	32.780.467	31.902.908
Outras garantias reais	697.516	670.844
Garantia pessoal	1.155.103	1.177.976
Sem garantia	1.446.106	1.424.036
	<u>36.079.192</u>	<u>35.175.763</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	<u>2014</u>			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<u>Crédito a clientes</u>				
Operações de locação financeira imobiliária	69.213.818	5.298.030	74.511.848	144.789.466
Empréstimos a médio e longo prazo	52.878.471	26.929.382	79.807.853	101.791.946
Créditos em conta corrente	4.577.334	2.985.599	7.562.933	2.328.501
Operações de locação financeira mobiliária	635.487	6.672	642.159	98.528
Outros créditos	5.544.755	859.509	6.404.263	7.272.136
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	32.474.824	-	32.474.824	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	2.862.874	6.690.445
	<u>168.187.563</u>	<u>36.079.192</u>	<u>204.266.754</u>	<u>262.971.022</u>
	=====	=====	=====	=====
<u>2013</u>				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<u>Crédito a clientes</u>				
Operações de locação financeira imobiliária	76.962.774	4.398.053	81.360.827	153.798.135
Empréstimos a médio e longo prazo	54.209.429	27.299.255	81.508.684	105.625.530
Créditos em conta corrente	11.494.719	2.644.607	14.139.326	3.115.584
Operações de locação financeira mobiliária	594.924	7.917	602.841	-
Outros créditos	5.582.465	825.931	6.408.396	2.978.095
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	9.460.955	-	9.460.955	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	3.456.975	9.830.956
	<u>161.762.241</u>	<u>35.175.763</u>	<u>196.938.004</u>	<u>275.348.300</u>
	=====	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A composição da carteira de crédito sobre clientes, excluindo o crédito titulado, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por setores de atividade é a seguinte:

	2014		Total
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42.129.722	7.925.283	50.055.005
Particulares	31.137.934	8.088.610	39.226.544
Actividades imobiliárias	13.415.532	7.636.703	21.052.235
Indústrias transformadoras	13.551.954	1.423.729	14.975.683
Construção	4.731.852	7.981.814	12.713.666
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.578.935	205.905	5.782.840
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.082.772	679.714	5.762.486
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.714.728	194.788	3.909.516
Actividades de saúde humana e apoio social	3.057.781	309.843	3.367.624
Transportes e armazenagem	2.966.599	344.678	3.311.277
Alojamento, restauração e similares	2.619.838	481.603	3.101.441
Actividades financeiras e de seguros	2.755.988	157.291	2.913.279
Outras actividades de serviços	2.475.341	297.174	2.772.515
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.893.759	98.643	1.992.402
Educação	208.544	253.414	459.958
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	272.421	-	272.421
Actividades de informação e de comunicação	123.239	-	123.239
Total Crédito	135.712.739	36.079.192	171.791.931

	2013		Total
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	43.383.538	6.771.074	50.154.612
Particulares	35.578.269	8.664.768	44.243.037
Actividades imobiliárias	15.823.059	7.963.737	23.786.796
Construção	9.431.118	7.766.554	17.197.672
Indústrias transformadoras	14.790.889	1.479.517	16.270.406
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.441.753	212.986	7.654.739
Actividades financeiras e de seguros	6.255.582	139.510	6.395.092
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.283.280	715.173	5.998.453
Alojamento, restauração e similares	3.003.946	220.443	3.224.389
Actividades de saúde humana e apoio social	2.880.412	340.004	3.220.416
Outras actividades de serviços	2.663.534	297.653	2.961.187
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.003.893	17.264	2.021.157
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.748.220	199.647	1.947.867
Transportes e armazenagem	880.151	122.356	1.002.507
Educação	318.490	265.077	583.567
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	509.069	-	509.069
Actividades de informação e de comunicação	306.083	-	306.083
Total Crédito	152.301.286	35.175.763	187.477.049

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	9.527.545	10.270.288
Entre 1 ano e 5 anos	32.335.737	35.187.593
Mais de 5 anos	46.743.947	52.639.644
	<u>88.607.229</u>	<u>98.097.525</u>
Rendimentos financeiros não obtidos	(18.305.818)	(20.159.077)
	<u>70.301.411</u>	<u>77.938.448</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	6.794.013	7.356.662
Entre 1 ano e 5 anos	24.412.162	26.429.948
Mais de 5 anos	39.095.236	44.151.837
	<u>70.301.411</u>	<u>77.938.447</u>
Imparidade	(5.217.138)	(4.244.571)
	<u>65.084.273</u>	<u>73.693.876</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou ativos financeiros das rubricas de "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 44).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até um ano	1.562.983	1.031.941
De um ano a cinco anos	238.829	3.009.344
Mais de cinco anos	2.858.870	2.875.754
	<u>4.660.682</u>	<u>6.917.039</u>

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida -</u>		
De residentes		
· Dívida pública portuguesa	14.546.377	14.461.469
· Outros	6.450.078	7.154.450
De não residentes		
· Dívida pública	42.277.495	20.748.448
· Outros	11.653.550	19.985.845
	-----	-----
	74.927.500	62.350.212
	-----	-----
Juros a receber	2.352.739	1.436.957
	-----	-----
	77.280.239	63.787.169
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 89.844.123 euros e 65.734.968 euros, respetivamente (Nota 43).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até um ano	7.723.834	13.423.848
De um ano a cinco anos	12.679.075	20.323.222
Mais de cinco anos	56.877.330	30.040.099
	-----	-----
	77.280.239	63.787.169
	=====	=====

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, bem como ativos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efetuada ao IAS 39 (Nota 44). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta rubrica corresponde à valorização de um derivado celebrado com a Espírito Santo International S.A. em maio de 2012, para fazer face às variações da cotação das ações da PT adquiridas na mesma data. Atendendo a que estavam ser cumpridos os requisitos para contabilidade de cobertura, a valorização dos títulos registados na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" foi registada em resultados, compensando a valorização deste derivado. No exercício de 2014 com a alienação das ações da PT o contrato de derivado foi terminado.

12. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos não correntes detidos para venda:		
• Imóveis	39.284.922	39.970.320
• Imparidade (Nota 24)	(9.129.228)	(7.986.073)
	<u>30.155.694</u>	<u>31.984.247</u>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 24.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014								
	31 de Dezembro de 2013				31 de dezembro de 2014				
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade (Nota 24)	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Imóveis	39.970.320	(7.986.075)	2.748.903	-	(3.434.301)	(1.143.153)	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694

	2013								
	31 de Dezembro de 2012				31 de dezembro de 2013				
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Aquisições	Transferências (Nota 13)	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade (Nota 24)	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Imóveis	34.572.738	(4.650.722)	9.785.227	(263.306)	(4.387.645)	(3.072.045)	39.970.320	(7.986.073)	31.984.247

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

Ano de aquisição	2014			2013		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2006	813.890	(314.296)	499.594	813.890	(314.247)	499.643
2006	742.866	(43.540)	699.326	730.041	(43.540)	686.501
2007	701.389	(163.924)	537.465	701.389	(163.924)	537.465
2008	367.564	(214.340)	153.224	367.886	(208.590)	159.296
2009	3.518.265	(759.469)	2.758.796	3.518.265	(924.988)	2.593.277
2010	4.867.516	(1.840.408)	3.027.108	4.867.516	(1.383.060)	3.484.456
2011	12.768.180	(3.798.544)	8.969.636	14.507.025	(3.351.783)	11.155.242
2012	5.396.576	(942.235)	4.454.341	5.828.811	(796.079)	5.032.732
2013	7.273.725	(790.246)	6.483.479	8.635.497	(799.862)	7.835.635
2014	2.834.951	(262.226)	2.572.725	-	-	-
	<u>39.284.922</u>	<u>(9.129.228)</u>	<u>30.155.694</u>	<u>39.970.320</u>	<u>(7.986.073)</u>	<u>31.984.247</u>

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da atividade comercial desenvolvida pelo Grupo para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura atual do mercado imobiliário. O Grupo continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 735.235 euros e 94.968 euros, respetivamente (Nota 37), as quais foram determinadas face ao valor bruto dos imóveis.

[Handwritten signatures and initials]

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor bruto	6.846.709	6.605.468
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2.248.341)	(1.874.028)
	-----	-----
	4.598.368	4.731.440
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui imóveis que foram transferidos da rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", que se encontram arrendados pelo Grupo e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco Invest reconheceu uma imparidade e amortizações acumuladas de 2.248.341 euros e 1.874.028 euros, resultante da atualização das avaliações para estes ativos e do registo de amortizações do exercício (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui o imóvel onde a Motor Park exercia a sua atividade, que no âmbito do trespasse da sua atividade passou a ser arrendado a uma terceira entidade. Em 31 de dezembro de 2014, este imóvel apresenta um valor líquido de amortizações de 2.263.592 euros (2.322.186 euros em 31 de dezembro de 2013). Em 2014 foram obtidas duas avaliações para este imóvel cujo valor médio ascendia a cerca de 3.548.500 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui ainda o imóvel detido pela US Gestar – Gestão de Imóveis, S.A., localizado na Av. Elias Garcia, em Lisboa cujo valor líquido de balanço totaliza 1.787.337 euros e 1.832.344 euros, respetivamente. Durante o exercício de 2005, este imóvel foi adaptado para a exploração imobiliária, tendo sido arrendado a uma empresa do setor do comércio e reparação automóvel até ao final do exercício de 2013. No exercício de 2014 o Grupo tem estado em negociações com vista a arrendar o imóvel a uma terceira entidade, sendo expectável que o arrendamento se venha a concretizar no primeiro semestre de 2015. De acordo com o último relatório de avaliação obtido pela Empresa junto da consultora CB Richard Ellis em 23 de outubro de 2012, o valor de mercado deste imóvel ascendia a, aproximadamente, 2.282.000 euros.

As rendas recebidas pela utilização dos imóveis e os custos com as amortizações do exercício são registados nas rubricas "Outros resultados de exploração" e "Amortizações do exercício", respetivamente (Nota 38).

Nos exercícios de 2014 e 2013 as amortizações do exercício ascenderam a 45.007 euros (correspondente ao imóvel sito na Avenida Elias Garcia, relativamente aos restantes imóveis as amortizações têm vindo a ser refletidas na rubrica de imparidade do exercício (Nota 24)).

A

Z

14. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Descrição	2014						
	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2014
Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imóveis -							
. De serviço próprio	719.563	(197.463)	-	-	(10.302)	-	511.798
. Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.275.216)	-	-	(191.333)	-	1.059.112
	3.245.224	(1.472.679)	-	-	(201.635)	-	1.570.910
Equipamento -							
. Mobiliário e material	560.500	(466.220)	5.611	-	(27.661)	-	72.230
. Máquinas e ferramentas	107.810	(85.355)	10.958	-	(6.975)	-	26.238
. Equipamento informático	724.243	(674.606)	16.873	-	(37.515)	-	28.995
. Instalações interiores	621.610	(378.252)	-	-	(62.976)	-	180.382
. Material de transporte	966.238	(800.596)	51.852	-	(131.707)	-	85.787
. Equipamento de segurança	23.759	(18.201)	-	-	(1.748)	-	3.810
	3.003.980	(2.423.230)	85.294	-	(268.582)	-	397.442
Outros ativos tangíveis -							
. Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	6.290.548	(3.895.909)	85.294	-	(470.216)	-	2.009.716

Descrição	2013						
	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2013
Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imóveis -							
. De serviço próprio	719.563	(186.152)	-	-	(11.311)	-	522.100
. Despesas em edifícios arrendados	2.342.814	(1.085.170)	-	182.847	(190.046)	-	1.250.445
	3.062.377	(1.271.322)	-	182.847	(201.357)	-	1.772.545
Equipamento -							
. Mobiliário e material	599.778	(479.254)	3.039	-	(29.284)	-	94.280
. Máquinas e ferramentas	107.477	(85.871)	6.304	-	(5.655)	-	22.255
. Equipamento informático	688.563	(620.068)	35.680	-	(54.538)	-	49.637
. Instalações Interiores	553.111	(355.334)	1.269	105.409	(61.097)	-	243.358
. Material de transporte	996.743	(676.901)	34.900	-	(184.658)	(4.442)	165.642
. Equipamento de segurança	23.759	(16.453)	-	-	(1.748)	-	5.558
	2.969.431	(2.233.881)	81.192	105.409	(336.979)	(4.442)	580.730
Outros activos tangíveis -							
. Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
Activos tangíveis em curso	286.504	-	1.752	(288.256)	-	-	-
	6.359.676	(3.505.203)	82.944	-	(538.336)	(4.442)	2.394.639

15. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Descrição	2014					
	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.880.682	(1.620.997)	99.533	-	(242.457)	116.761
Ativos intangíveis em curso	10.505	-	2.988	(4.315)	-	9.178
	<u>1.891.187</u>	<u>(1.620.997)</u>	<u>102.521</u>	<u>(4.315)</u>	<u>(242.457)</u>	<u>125.939</u>

Descrição	2013					
	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.889.757	(1.327.379)	885	20.992	(324.570)	259.685
Ativos intangíveis em curso	5.029	-	26.468	(20.992)	-	10.505
	<u>1.894.786</u>	<u>(1.327.379)</u>	<u>27.353</u>	<u>-</u>	<u>(324.570)</u>	<u>270.190</u>

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta rubrica corresponde à participação detida pela Sociedade na Paris Asia – Sociedade Anónima (“Paris Asia”).

Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade adquiriu uma participação correspondente a 30% do capital daquela entidade, representada por 43 ações, com o valor nominal de 10 euros, adquiridas ao preço de 69.767,44 euros por ação, pelo montante total de 3.000.000 euros. A aquisição das ações foi efetuada através da emissão de novas ações da Paris Asia, tendo originado um prémio de emissão de 2.999.570 euros. A associada é uma sociedade de direito francês, está localizada em Paris, e tem como objeto o desenvolvimento de um espaço de comércio em Paris, tendo iniciado a sua atividade comercial em 2014.

Em maio de 2014 a Sociedade concedeu um financiamento à Paris Asia no montante de 4.500.000 euros (Nota 18) pelo prazo de 24 meses, com juros a serem capitalizados e liquidados no final do prazo do financiamento. Este financiamento vence juros anualmente, sendo que em 31 de Dezembro de 2014 o valor de juros a receber ascende a 79.802 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras da associada podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2014				2013			
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Total de Proveitos	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Total de Proveitos
Paris-Asia	40.224.119	1.508.171	(1.458.864)	12.687.944	21.166.094	2.967.035	(33.985)	13.393.914

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por outras diferenças temporárias	7.555.989	7.653.523
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(3.414.249)	(1.327.338)
	-----	-----
	4.141.740	6.326.185
	=====	=====
Activos e Passivos por impostos correntes		
· Imposto imputado	(2.328.542)	(272.806)
· Derrama estadual	(147.514)	(68.187)
· Derrama	(353.958)	(17.894)
· Tributação autónoma	(71.060)	(87.882)
· Pagamentos por conta	220.508	1.394.312
· Retenções na fonte	68.408	66.199
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a (pagar)/receber	(2.612.158)	1.013.742
	=====	=====

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Ativos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Grupo relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the initials "JAB" and "BAR".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014					Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Variação em Resultados		Variação em Reservas		
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
Ativos por impostos diferidos						
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	6.822.174	(1.028.762)	497.702	-	-	6.290.114
. Valorização de derivados de negociação	11.535	(1.741)	(1.021)	-	-	8.773
. Imparidade de títulos	819.814	(123.746)	118.681	-	-	814.749
. Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	-	-	442.353	-	-	442.353
	7.653.523	(1.155.249)	1.057.715	-	-	7.555.989
Passivos por impostos diferidos						
. Ativos disponíveis para venda	(827.865)	-	(142.033)	124.976	(2.069.854)	(2.814.876)
. Provisões para investimentos financeiros	(499.373)	-	-	-	-	(499.373)
	(1.327.338)	-	(142.033)	124.976	(2.069.854)	(3.414.249)
	6.326.185	(1.155.249)	915.682	124.976	(2.069.854)	4.141.740

	2013					Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Variação em Resultados		Variação em Reservas		
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
Ativos por impostos diferidos						
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	3.784.755	(96.063)	3.134.382	-	-	6.822.174
- Provisões para risco país	81	(2)	(79)	-	-	-
. Valorização de derivados de negociação	42.448	(1.061)	(29.852)	-	-	11.535
. Imparidade de títulos	680.009	(15.882)	294.592	(15.682)	(123.423)	819.814
. Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	382.781	(9.569)	(278.226)	(9.569)	(85.397)	-
	4.890.054	(123.277)	3.120.817	(25.251)	(208.820)	7.653.523
Passivos por impostos diferidos						
. Ativos disponíveis para venda	(99.415)	2.485	(10.838)	2.485	(722.684)	(827.865)
. Provisões para investimentos financeiros	(499.373)	-	-	-	-	(499.373)
	(598.788)	2.485	(10.838)	2.485	(722.684)	(1.327.338)
	4.291.266	(120.792)	3.109.981	(22.766)	(931.504)	6.326.185

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2014	2013
Impostos correntes		
Do exercício	(2.939.417)	(436.871)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(535.465)	2.989.188
Total de impostos reconhecidos em resultados	(3.474.882)	2.552.317
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	8.123.103	22.462.000
Carga fiscal	42,78%	11,36%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo relativas aos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria coletável a eventuais correções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que ocorra qualquer correção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		8.123.103		22.462.000
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,50%	1.990.160	26,50%	5.952.430
Derrama estadual	4,36%	353.958	-	-
		2.344.119		5.952.430
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-	2,96%	240.723
Efeito de alteração de taxa de imposto	14,22%	1.155.249	1,49%	120.792
Custos não aceites fiscalmente:				
Reintegrações	0,05%	4.360	0,05%	4.420
Benefícios fiscais	(0,06%)	(4.561)	(0,05%)	(4.399)
Mais e menos valias	0,98%	79.794	0,04%	3.199
Tributação autónoma	0,87%	70.268	0,61%	49.341
Contribuição sobre o sector bancário	0,49%	39.668	0,41%	33.671
Efeito do ganho com a aquisição das "Variable Funding Notes" no âmbito da operação Invest Finance	-	-	(111,76%)	(9.078.253)
Outros	(2,63%)	(214.014)	1,55%	125.759
	42,78%	3.474.882	-11,36%	(2.552.317)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

18. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	367.737	1.012.047
Clientes	37.438	47.214
Outros devedores diversos	4.690.868	24.946
	<u>5.096.043</u>	<u>1.084.207</u>
<u>Outros Ativos</u>		
Ouro e outros metais preciosos	377.410	549.116
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	354.577	342.938
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Operação de securitização – Conduit	-	12.355
Rendas	56.086	56.086
Outras	154.487	133.372
	<u>210.573</u>	<u>201.813</u>
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações de bolsa a liquidar	979.530	2.965.624
Operações fora de bolsa a liquidar	2.323.120	77.632
Outras	527.715	651.040
	<u>3.830.365</u>	<u>3.694.296</u>
	<u>9.868.968</u>	<u>5.872.370</u>
<u>Imparidade (Nota 24)</u>		
Clientes	(37.438)	(47.214)
	<u>9.831.530</u>	<u>5.825.156</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros devedores diversos" inclui o financiamento concedido à Paris Asia, no montante de 4.500.000 euros (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transações efetuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos do Banco de Portugal	215.000.000	220.000.000
Juros a pagar	1.704.549	1.630.278
	-----	-----
	<u>216.704.549</u>	<u>221.630.278</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até três meses	215.000.000	110.000.000
De um ano a cinco anos	-----	110.000.000
	<u>215.000.000</u>	<u>220.000.000</u>
	=====	=====

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 41).

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro	17.372	17.375
Opções	476.184	368.478
	-----	-----
	<u>493.556</u>	<u>385.853</u>
	=====	=====

21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos a prazo e outros recursos:		
• Instituições de crédito no país	2.468.198	5.387.085
• Instituições de crédito no estrangeiro	2.456	2.163
	-----	-----
	2.470.654	5.389.248
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os "Recursos de outras instituições de crédito" têm vencimento no primeiro trimestre de 2015 e 2014, respetivamente.

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
À vista:		
• Depósitos à ordem	37.559.589	30.393.093
	-----	-----
A prazo:		
• Depósitos a prazo	220.792.379	192.464.691
• Depósitos estruturados	16.465.398	7.868.508
	-----	-----
	237.257.777	200.333.199
	-----	-----
	274.817.366	230.726.292
	-----	-----
Encargos a pagar:		
• Juros de recursos de clientes	3.255.727	3.108.024
	-----	-----
	278.073.093	233.834.316
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até três meses	63.640.552	58.048.690
De três meses a um ano	121.430.132	135.462.809
De um a cinco anos	52.187.093	6.821.700
	-----	-----
	237.257.777	200.333.199
	=====	=====

23. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Títulos de dívida de clientes	5.008.644	2.843.117
“Floating Rate Notes” emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
Classe B	19.779.997	29.068.820
	-----	-----
Juros a pagar	24.788.641	31.955.241
	69.026	43.484
	-----	-----
	<u>24.857.667</u>	<u>31.955.421</u>
	=====	=====

24. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Grupo durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				Saldos em 31-12-2014
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências e regulalizações	
Provisões	848.253	-	(17.014)	(100.000)	729.239
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):					
- Crédito concedido	29.098.353	2.701.097	(847.500)	(275.868)	30.676.082
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	3.564.877	581.278	(486.998)	(57.644)	3.601.513
Imparidade de outros ativos:					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	7.986.073	1.143.153	-	2	9.129.228
- Propriedades de investimento (Nota 13)	1.874.028	(73.701)	-	448.014	2.248.341
- Clientes (Nota 17)	47.214	-	(9.776)	-	37.438
	<u>43.416.798</u>	<u>4.351.827</u>	<u>(1.361.288)</u>	<u>14.504</u>	<u>46.421.841</u>

	2013				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Dotações/ (Reversões) líquidas	Utilizações	Transferências	
Provisões	755.497	100.000	-	(9.244)	846.253
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):					
- Crédito concedido	13.779.773	15.467.857	(149.077)	-	29.098.353
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.441.582	(366.574)	(500.000)	(10.131)	3.564.877
Imparidade de outros ativos:					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	4.850.722	3.072.045	-	263.306	7.986.073
- Propriedades de investimento (Nota 13)	1.577.387	514.934	-	(218.293)	1.874.028
- Clientes (Nota 17)	47.808	-	-	(594)	47.214
	<u>25.252.769</u>	<u>18.788.062</u>	<u>(649.077)</u>	<u>25.044</u>	<u>43.416.798</u>

No decorrer do exercício de 2013 foi realizada a transferência de imparidade da rubrica “Propriedades de investimento” para “Ativos não correntes detidos para venda” no montante de 263.306 euros, associada aos imóveis do Fundo Tejo que deixaram de estar arrendados neste período.

[Handwritten signatures and initials]

25. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	250.033	641.606
Setor Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	410.534	508.941
· Contribuições para a Segurança Social	100.443	86.185
· IVA a pagar	237.941	130.808
Cobranças por conta de terceiros	(20.182)	13.115
Credores diversos		
· Outros credores	1.559.414	1.624.814
	<u>2.538.183</u>	<u>3.005.469</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal	553.603	607.751
Por gastos gerais administrativos	209.651	38.879
Outros	239.783	9.314
	<u>1.003.037</u>	<u>655.944</u>
<u>Receitas com proveito diferido</u>		
Outras		87.076
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações de bolsa a liquidar	6.019.207	3.066.994
Operações fora de bolsa a liquidar	2.323.096	69.978
Outras operações a regularizar	739.009	831.379
	<u>9.081.312</u>	<u>3.968.351</u>
	<u>12.622.532</u>	<u>7.716.840</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transações efetuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

26. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Sociedade estava representado por 7.200.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, estando totalmente subscrito e realizado. A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

<u>Entidade</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Montante</u>	<u>%</u>
SOTIF, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
VALRI, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
MS – Participações, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
LERIMO, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
	<u>7.200.000</u>	<u>36.000.000</u>	<u>100%</u>

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda	12.915.323	3.966.307
· Reservas por impostos diferidos		
De ativos financeiros disponíveis para venda	(2.972.249)	(1.027.371)
	-----	-----
	9.943.074	2.938.936
	-----	-----
Outras reservas	10.234.558	10.234.558
Resultados transitados	37.958.630	13.160.351
	-----	-----
	48.193.188	23.394.910
	-----	-----
Resultado do exercício	4.584.849	24.798.278
	-----	-----
	52.778.037	51.132.124
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de justo valor*

A reserva de justo valor reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as reservas de justo valor incluem cerca de 2.800 euros e 26.000 euros, respetivamente, de menos valias em títulos reclassificados de "Ativos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Investimentos detidos até à maturidade" e de Empréstimos e contas a receber (Nota 44). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efetiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras reservas" inclui a reserva legal da Sociedade, no montante de 450.000 euros.

19
M
DAR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2014 e 2013, o resultado consolidado do Grupo foi apurado da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultados individuais:		
Alves Ribeiro SGPS	(100.899)	(103.060)
Motor Park	(14.205)	(4.896)
US Gestar	(110.070)	54.489
Banco Invest	17.389.650	(4.955.394)
Invest Gestão de Ativos	114.437	103.313
AR Finance 1, PLC	3.322.830	(473.438)
AR Finance 1, FTC	(2.802.191)	(247.432)
Invest Finance FTC	-	(502.276)
Invest Finance BV	-	17.200
Fundo Tejo	156.330	3.986
Saldanha Holding	16.968.339	1.130
Saldanha Finance	34.559.891	162.219
	<u>69.484.115</u>	<u>(5.944.159)</u>
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade de crédito)	3.288.281	(5.450.230)
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	2.802.191	247.432
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	-	108.802
Provisão para ativos financeiros AR Finance PLC	503.750	1.148.231
Rendimentos de juros recebidos	(1.056.965)	1.217.073
Anulação de imparidade dos imóveis do Fundo Tejo	672.626	-
Outros ajustamentos:		
Reforço de imparidade dos imóveis do Fundo Tejo	-	(863.676)
Correção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Anulação do proveito AR Finance PLC recuperação dos juros da classe C	(2.286.772)	-
Anulação dos dividendos distribuídos pela Saldanha Finance e Saldanha Holding	(34.000.000)	-
Aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1 (Nota 39)	(34.443.616)	34.419.779
Outros	(119.343)	38.177
	<u>4.648.221</u>	<u>25.014.317</u>
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	<u>4.648.221</u>	<u>25.014.317</u>
Resultado atribuível a interesses que não controlam	<u>(63.372)</u>	<u>(216.039)</u>
Resultado consolidado do exercício	<u>4.584.849</u>	<u>24.798.278</u>

28. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento ocorrido na rubrica "Interesses que não controlam" durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				Saldos em 31.12.2014
	Saldos em 31.12.2013	Outras variações	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.025.072	(196.428)	21.128	-	849.770
Banco Invest, S.A.	801.761		42.246	61.217	905.224
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	(18.000)			
	<u>1.844.833</u>	<u>(214.428)</u>	<u>63.372</u>	<u>61.217</u>	<u>1.754.994</u>

	2013				Saldos em 31.12.2013
	Saldos em 31.12.2012	Outras variações	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.056.613	(32.303)	762		1.025.072
Banco Invest, S.A.	562.146	(1)	215.277	24.339	801.761
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000				18.000
	<u>1.636.759</u>	<u>(32.304)</u>	<u>216.039</u>	<u>24.339</u>	<u>1.844.833</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de disponibilidades	5.465	13.938
Juros de aplicações em instituições de crédito	43.050	81.222
Juros de crédito a clientes:		
· Crédito interno	4.552.287	2.605.782
· Crédito ao exterior	187.572	175.079
· Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	613.712	438.947
· Ativos titularizados	1.274.054	4.134.283
Juros de crédito vencido	1.342.944	1.260.421
Juros de ativos financeiros detidos para negociação:		
· Títulos	1.573.885	1.955.290
· Instrumentos derivados	547.587	828.465
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda:		
· Títulos	6.203.529	6.515.819
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.520.906	2.958.258
Outros Juros e rendimentos similares	311.579	12.516
	<u>20.176.570</u>	<u>20.980.020</u>

30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais	290.932	1.286.728
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	8.907	15.589
. no estrangeiro	7.127	11.076
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	6.711.022	7.092.630
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	-	1.838.359
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	36.537	-
Outros juros e encargos similares	112.522	114.698
	<u>7.736.534</u>	<u>10.359.080</u>
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de ações registadas em "Ativos financeiros disponíveis para venda".

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Por garantias prestadas	47.879	46.563
Por serviços prestados:		
. Depósito e guarda de valores	895.119	837.158
. Gestão de fundos mobiliários	147.226	120.102
. Administração de valores	133.757	81.291
. Cobrança de valores	81.933	85.114
. Operações de crédito	21.628	28.468
. Transferência de valores	14.414	13.868
. Montagem de operações	9.995	8.704
. Outros serviços prestados	182.476	158.432
Por operações realizadas por conta de terceiros:		
. Comissões de corretagem	837.515	694.879
. Outras	56.060	23.546
	<u>2.428.002</u>	<u>2.098.125</u>
	=====	=====

33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Por operações de crédito	37.838	93.022
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Euroclear	134.861	131.114
Encargos com futuros por conta de clientes	25.481	10.626
Comissões bancárias	16.991	12.641
Banco de Portugal	201	19.358
Outros	11.418	33.049
Por operações realizadas por terceiros	158.439	125.230
Comissões de angariação de negócio	31.626	20.712
Outras comissões pagas	25.523	20.232
	-----	-----
	442.378	465.984
	=====	=====

34. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Obrigações	408.547	164.171
Ações	(293.228)	86.022
Emitidos por não residentes		
Obrigações	2.778.898	1.850.461
Ações	(131.637)	399.040
Outros instrumentos de capital	(3.558)	(5.298)
	-----	-----
	2.759.022	2.494.396
	-----	-----
Instrumentos financeiros derivados		
Swaps		
Divisas	-	(1.523)
Swaps de taxa de juro	(194.475)	(223.025)
Crédito	-	(44.837)
Outros	-	(20.000)
Futuros		
Sobre cotações	(77.328)	307.282
Sobre taxas de juro	(13.910)	24.064
Divisas	(264.435)	(160.630)
Outros	-	(1.245)
Opções		
Sobre cotações	524.779	(383.656)
	-----	-----
	(25.369)	(503.570)
	-----	-----
	2.733.653	1.990.826
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De residentes		
· Dívida pública portuguesa	1.200.367	52.191
· Outras obrigações	504.019	94.827
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	763.158	1.612.492
· Outras obrigações	2.574.541	1.059.169
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
· Ações	320.391	5.305
· Outros	(5.346)	(5)
De não residentes		
· Ações	670.278	-
· Outros	(34.952)	-
	<u>5.992.456</u>	<u>2.823.979</u>
	=====	=====

36. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Grupo.

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ouro e metais preciosos	(212.978)	(518.946)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	(735.235)	(94.968)
Rendas de imóveis recuperados	-	136.543
Outros	8.250	25.808
	<u>(939.963)</u>	<u>(451.563)</u>
	=====	=====

[Handwritten signatures and initials]

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
· Ganho com aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1	-	34.419.779
· Rendas de imóveis recuperados	297.474	-
· Rendas de imóveis arrendados (Nota 13)	297.637	144.000
· Reembolso de despesas	141.526	150.168
· Rendimentos da prestação de serviços diversos	10.598	3.843
· Outros	66.883	2.601
	<u>814.118</u>	<u>34.720.391</u>
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
· Impostos diretos	238.235	79.194
· Contribuição especial sobre o setor bancário	161.911	137.432
Outros encargos e perdas operacionais:		
· Contribuição para o Fundo de Resolução	44.667	57.460
· Quotizações e donativos	41.555	39.704
· Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	43.923	36.822
· Outros encargos e gastos operacionais	127.515	30.890
	<u>657.806</u>	<u>381.502</u>
	<u>156.312</u>	<u>34.338.886</u>

No decorrer do exercício de 2013, o Grupo concretizou a operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, ao abrigo da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da sociedade Saldanha Finance detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited que, por sua vez, é detida em 100% pelo Banco Invest (Nota 3). O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 euros, montante correspondente a 61% do valor nominal das VFN que ascendia a 88.460.993 euros à data de aquisição. Neste âmbito, o Grupo registou um ganho de 34.419.779 euros respeitante ao diferencial entre o valor nominal e o valor pago pelas VFN referidas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco Invest passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respetivamente, em função do valor apurado.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco Invest iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

No exercício de 2014 o Grupo registou uma contribuição periódica de 44.667 euros. No exercício de 2013 o Grupo registou a contribuição inicial e a contribuição periódica para o Fundo de Resolução nos montantes de 13.083 euros e 42.875 euros, respetivamente.

39. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e vencimentos		
+ Órgãos de Gestão e Fiscalização	717.703	720.543
+ Empregados	3.387.275	3.203.470
	<u>4.104.978</u>	<u>3.924.013</u>
Encargos sociais obrigatórios		
+ Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	845.537	785.582
+ Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	25.849	17.849
	<u>871.386</u>	<u>803.431</u>
Outros custos com pessoal:		
+ Outros	91.517	154.789
	<u>5.067.881</u>	<u>4.882.233</u>
	=====	=====

[Handwritten signatures and initials]

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de efetivos ao serviço do Grupo, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Administradores	7	7
Diretores e chefias	15	15
Quadros técnicos	100	96
Administrativos	5	5
	-----	-----
	127	123
	====	====

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Com fornecimentos	233.943	229.189
Com serviços		
. Conservação e reparação	301.840	723.005
. Rendas e alugueres	637.415	626.355
. Comunicações	587.062	463.905
. Publicidade e edição de publicações	800.202	291.804
. Deslocações, estadas e representação	115.935	116.655
. Seguros	114.869	76.537
. Formação de pessoal	4.320	536
. Serviços especializados:		
Informática	333.263	336.255
Avenças e honorários	227.075	216.122
Informações	122.065	57.713
Limpeza	48.353	49.078
Judiciais, contencioso e notariado	28.378	35.453
Segurança e vigilância	6.632	7.430
Bancos de dados	5.287	5.326
Outros serviços especializados	459.829	400.945
. Outros serviços de terceiros	602.149	588.547
	-----	-----
	4.628.617	4.224.855
	=====	=====

41. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</u>		
Garantias e avales prestados	3.985.295	3.539.613
Ativos dados em garantia	254.660.000	273.260.000
	-----	-----
	258.645.295	276.799.613
	-----	-----
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
Ativos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	1.683.528	3.285.425
Crédito hipotecário	5.520.048	40.946.415
Leasing imobiliário	12.774.671	61.337.133
Outros valores		
Gestão de carteiras	3.375.242	2.186.949
Clientes - Ações	59.198.110	123.137.220
Clientes - Obrigações diversas	66.854.174	83.393.786
Clientes - Outros	3.743.320	315.565
Fundos - Alves Ribeiro	29.546.019	28.622.971
	-----	-----
	182.695.112	343.225.464
	-----	-----
	441.340.407	620.025.077
	=====	=====

A rubrica "Ativos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 19).

Fundo de Resolução

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A..

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900 milhões de euros a realizar pelo Fundo de Resolução nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução apenas detinha recursos próprios de aproximadamente 377 milhões de euros, a subscrição de capital foi efectuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900 milhões de euros do Estado Português; e
- 700 milhões de euros de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

As contribuições periódicas do Grupo para o Fundo de Resolução em 2013 representaram 0,1 % das contribuições totais das instituições financeiras nacionais. Para 2014 não se apurou a respectiva percentagem dado que ainda não se encontram disponíveis as contas do Fundo de Resolução.

Encontra-se atualmente em curso o processo com vista à alienação do Novo Banco, S.A.. A informação disponível nesta data não permite avaliar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco, S.A. e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

42. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade e suas filiais as entidades em que o Grupo exerça, direta ou indiretamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional (associadas) e entidades que exerçam influência significativa sobre a gestão do Grupo, nomeadamente acionistas ou entidades por eles controladas e colaboradores pertencentes aos órgãos sociais da Sociedade.

Acionistas e entidades por estes controladas:

- Fundo Inspirar;
- Monvest, SGPS, S.A.;
- Alves Ribeiro, S.A.;
- Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.;
- Mundicenter, SGPS, S.A.;
- Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.;
- SOTIF, SGPS, S.A.;
- VALRI, SGPS, S.A.;
- MS - Participações, SGPS, S.A.;
- LERIMO, SGPS, S.A..

Órgãos sociais – membros do conselho de administração:

- Afonso Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente)
- António Miguel R. R. Branco Amaral (Vice-presidente)
- Francisco Manuel Ribeiro (Vogal)
- Luís Miguel Barradas Ferreira (Vogal)

Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2014	
	Órgãos sociais	Acionistas e entidades controladas
Ativos financeiros detidos para negociação		1.439.970
Ativos financeiros disponíveis para venda		5.233.000
Crédito a clientes	509.000	15.063.452
Recursos de clientes		(18.051.237)

	2013	
	Orgãos sociais	Acionistas e entidades controladas
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.094.326
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.233.000
Crédito a clientes	546.709	15.507.082
Recursos de clientes	-	(16.812.757)

Transações com entidades relacionadas

Nos exercícios de 2014 e 2013, os principais saldos da demonstração dos resultados consolidados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2014	
	Orgãos sociais	Acionistas e entidades controladas
Juros e rendimentos similares	7.041	534.745
Rendimentos de activos financeiros ao justo valor por resultados	-	345.644
Rendimentos de serviços e comissões	-	835
Gastos gerais administrativos	-	(272.323)

	2013	
	Orgãos sociais	Acionistas e entidades controladas
Juros e rendimentos similares	7.650	390.612
Rendimentos de activos financeiros ao justo valor por resultados	-	270.806
Rendimentos de serviços e comissões	-	985
Gastos gerais administrativos	-	(270.309)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais*Política de Remuneração*

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos acionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efetiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;

- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2014, qualquer plano de atribuição de ações ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi o seguinte:

Presidente – Afonso Ribeiro Pereira de Sousa	264.600
Vice-Presidente – António Miguel R. R. Branco Amaral	188.150
Vogal – Francisco Manuel Ribeiro	138.364
Vogal – Luís Miguel Barradas Ferreira	119.070

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direção de Crédito e a direção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à atividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou coletivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as atividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2014		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<u>Ativos</u>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	1.824.051	-	1.824.051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.557	-	7.168.557
Ativos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	52.375.157	-	52.375.157
- Instrumentos financeiros derivados	2.365.151	-	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	257.321.074	(3.601.513)	253.719.561
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	3.400.352
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	172.248.242	(29.697.652)	142.550.590
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	32.474.824	(978.430)	31.496.394
Investimentos detidos até à maturidade	77.280.239	-	77.280.239
Outros ativos:			
- Devedores e outras aplicações	5.096.043	-	5.096.043
	611.553.690	(34.277.595)	577.276.095
<u>Extrapatrimoniais</u>			
Garantias prestadas	3.985.295	-	3.985.295
	615.538.985	(34.277.595)	581.261.390

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Activos			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.619.000		5.619.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803		5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	49.884.097		49.884.097
- Instrumentos financeiros derivados	1.740.750		1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	229.811.998	(3.564.877)	226.247.121
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	196.720.900	(29.355.207)	167.365.693
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	9.460.955	(1.715.120)	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	63.787.169
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	1.084.207	-	1.084.207
	563.865.879	(34.635.204)	529.230.675
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas	3.539.613	-	3.539.613
	567.405.492	(34.635.204)	532.770.288

Qualidade de crédito dos ativos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

A carteira de crédito do Banco, revela dois grandes grupos homogéneos:

- Um, mais significativo, constituído por operações de financiamento imobiliário à aquisição ou auto-construção, dirigidas ao universo empresarial, com maturidades de longo prazo e tendo como colateral a propriedade jurídica (nas operações de locação financeira imobiliária) ou a hipoteca em primeiro grau (no caso dos mútuos hipotecários) dos imóveis financiados;
- Outro, menos relevante, formado por operações de financiamento em contas margem, com penhor de carteiras de valores mobiliários, cotação em mercado oficial e liquidez e, ainda, operações de muito curto prazo, com penhor de metais preciosos.

Este segundo grupo de créditos, pela sua natureza de curto e muito curto prazo, tem uma excelente rotação, permitindo uma rápida revitalização da carteira. A política de monitorização de risco rigorosa e de elegibilidade de colaterais, muito prudente, condicionada à existência de mercado regulado e com fluidez, conduzem a níveis de exposição ao risco bastante reduzidos.

Outro tanto já não se pode, em rigor, concluir em relação ao crédito de natureza imobiliária que, pela sua maturidade de longo prazo, conduz a uma carteira matizada por operações com origem em diferentes períodos de tempo e, por isso, diferentes graus de exposição ao risco.

Assim e se é certo que a política de concessão de novo crédito se adaptou aos sucessivos cenários do enquadramento económico, estando em linha com as políticas prudenciais mais exigentes, em relação à carteira já em curso, o principal desafio colocado ao Banco foi a implementação de meios eficazes de gestão da carteira, nas componentes de monitorização, gestão e avaliação do risco.

[Handwritten signatures and initials]

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

1. Sobre a política de gestão de risco:

Com uma Equipa experiente e com políticas consolidadas em mais de 17 anos de operação, o Banco dispõe de uma bateria de meios que lhe permitem:

- A monitorização, em tempo real, dos sinais de imparidade ou de risco;
- O controlo diário, de situações de incumprimento (total ou parcial) das obrigações contratuais, sejam de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza;
- O ajustamento automático da notação de risco interna;
- A edição automática de alertas dirigidos aos Gestores de Clientes e Direções de Crédito, de Recuperação e Jurídica;
- A emissão e expedição de notificações relativas a incumprimento, com explicitação da sua origem, data de vencimento, encargos devidos, meios de regularização e consequências do incumprimento, aos Titulares e seus Garantes;
- O registo histórico de todos os eventos, diligências realizadas e seus resultados.

Na gestão do risco de crédito o Banco atende, de acordo com Manual de Procedimentos em vigor:

- à monitorização permanente dos maiores riscos, em termos de valor;
- ao acompanhamento do risco de concentração setorial,

agindo dentro da salvaguarda dos seus legítimos direitos e da integridade das garantias do crédito, no respeito da legislação aplicável, e na procura de caminhos que privilegiem – sempre que possíveis – soluções negociais e de âmbito extra-judicial.

A aplicação prática de legislações específicas orientadas para a proteção dos Clientes bancários em situação económica difícil, do regime PARI ou PERSI, sempre e quando aplicável, integra os procedimentos regulares do Banco.

2. Política de write-off de créditos.

Na consideração do risco de perda por incumprimento, o Banco respeita integralmente a política de Provisionamento instituída pelo Aviso 3/95 e, no reconhecimento de Imparidades, as orientações da carta-circular 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.

Contudo, o Banco não entendeu, ainda, implementar uma política de write-off do crédito em risco, mantendo o seu registo contabilístico, prosseguindo o ritmo de provisionamento e reconhecimento de imparidades, até que as iniciativas judiciais de recuperação dos valores em dívida, sobre os Titulares e sobre os Garantes, se possam dar por extintas, com certificação judicial da situação.

Desta forma, realça-se que o valor da carteira, o volume das provisões e das imparidades reconhecidas, não têm sido alvo de erosão por prática regular de write-offs.

3. Política de reversão de imparidades:

A reversão de imparidades já reconhecidas sobre a carteira de crédito só ocorre, em situações específicas e fundamentadas de redução do risco potencial de perda, nomeadamente:

- No pagamento total ou parcial dos valores em risco;
- No reforço dos colaterais do crédito;
- Na alteração justificada dos parâmetros de cálculo da imparidade:
 - i) redução da Probabilidade de Default, redução da Perda Esperada, no caso de cálculo de imparidade de forma coletiva;
 - ii) aumento do valor de mercado dos colaterais, redução dos custos efetivos de manutenção e/ou realização dos colaterais, redução das taxas de mercado aplicadas na atualização do provável valor de realização dos colaterais, no caso de cálculo de imparidades por análise individual.

4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação de crédito são definidas numa base casuística, em função da análise do risco em presença. Suportam-se em dossier de crédito específico a submeter a despacho nos termos de Manual em vigor.

Podem englobar: i) aumento do prazo de reembolso; ii) concessão de um período de carência de capital; iii) diferimento do reembolso de parte do valor financiado para o final do prazo ou, ainda, a iv) capitalização do valor vencido.

Sempre que possível o Banco procura obter reforço das garantias do crédito e/ou o pagamento dos juros vencidos.

O crédito reestruturado é marcado e monitorizado nos termos definidos pelo Banco de Portugal e, resultando de dificuldades do Devedor, as correspondentes imparidades de crédito passam a ser calculadas por análise individual.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a carteira de crédito do Grupo de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:

Tipo de contrato	2014				Total
	Categoria de risco				
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	4.577.457	-	-	2.985.477	7.562.934
Crédito Imobiliário	30.560.666	2.162.403	843.454	30.203.787	63.770.310
Crédito Mútuo	8.290.574	857.060	74.942	6.552.133	15.774.709
Leasing Imobiliário	53.724.275	4.545.363	2.451.232	14.053.812	74.774.682
Leasing Mobiliário	525.453	-	116.706	-	642.159
Outros Créditos	1.418.080	1.217.818	1.031.112	2.737.253	6.404.263
Descobertos em D.O.	2.862.874	-	-	-	2.862.874
	<u>101.959.379</u>	<u>8.782.644</u>	<u>4.517.446</u>	<u>56.532.462</u>	<u>171.791.931</u>

Tipo de contrato	2013				Total
	Categoria de risco				
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Leasing Imobiliário	61.824.945	3.858.709	3.195.938	13.462.748	82.342.340
Crédito Imobiliário	33.932.213	1.590.529	2.161.143	26.669.479	64.353.364
Contas Correntes	11.284.529	-	-	2.854.798	14.139.327
Crédito Mútuo	10.277.832	195.437	1.361.252	4.339.285	16.173.806
Outros Créditos	1.227.032	1.319.468	1.990.055	1.871.842	6.408.397
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	-	-	3.456.975
Leasing Mobiliário	594.923	-	-	7.917	602.840
	<u>122.598.449</u>	<u>6.964.143</u>	<u>8.708.388</u>	<u>49.206.069</u>	<u>187.477.049</u>

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco Invest relativamente aos ativos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efetiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco Invest obtém igualmente penhores mercantis sobre ativos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de ativos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os ativos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco Invest.

A carteira de crédito do Grupo mostra-se segmentada em função da sua natureza, características específicas e tipos de colaterais, de acordo com o supra referido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Assim sendo, são submetidos a processo de avaliação e cálculo por grupos homogêneos e autónomos: i) os créditos de natureza e raiz imobiliária, ii) os créditos em conta margem, garantidos por carteiras de valores mobiliários e, ainda, iii) os créditos garantidos por penhores de metais preciosos.

No processo de cálculo de imparidades, o Banco Invest respeita as determinações do Banco de Portugal contidas na Carta - Circular 02/2014/DSP. A definição das exposições a analisar, coletiva e individualmente, respeita os referidos preceitos, sendo de realçar que o Banco submete a análise individual, para além das determinadas pelo BdP: i) todas as exposições consideradas relevantes (que, no critério do Banco Invest, envolvem valores em risco superiores a 500.000 euros), ii) as exposições a alguns setores em que a concentração de risco é considerada relevante, (mesmo sem incumprimento, sinais de imparidades ou de risco) e, também, iii) a eventual exposição a empresas do grupo ou direta e indiretamente relacionadas.

De salientar que no processo de cálculo de imparidades, são considerados em risco não só os eventuais valores vencidos e não pagos, quando existam, como os valores de capital vincendo e, ainda, os juros corridos mas ainda não vencidos.

Por outro lado, no apuramento do valor de execução dos colaterais – isto é, do provável valor de realização dos créditos – são considerados, tal como determinado pelo BdP, os custos inerentes à sua realização. No caso particular dos imóveis, o referido valor de realização, expurgado das prováveis despesas de manutenção e venda, é atualizado à taxa de juro do contrato associado, pelo tempo estimado para a sua recuperação e venda.

Sendo relevantes, na carteira global de crédito do Banco, as garantias de natureza imobiliária, importa realçar que está instituída e em prática efetiva, visando a integridade da garantia, a subordinação dos imóveis a seguros de multi-riscos, com ressalva dos direitos em caso de indemnização, seguros este que o Banco preventivamente contrata por sua iniciativa, sempre que os contratos de financiamento entram em situação de incumprimento continuado, contencioso ou os imóveis são recuperados em regularização de crédito próprio.

A manutenção dos imóveis recuperados em regularização de crédito próprio é, igualmente, assegurada pelo Banco visando preservar os seus valores de realização.

De acordo com as determinações estabelecidas na Carta - Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, infra discriminamos a carteira de crédito a 31 de dezembro de 2014:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Segmento	Exposição 31-12-2014				Imparidade 31-12-2014			
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em Cumprimento	Crédito em incumprimento
Construção e CRE	37.814.823	13.082.421	1.703.913	24.532.402	4.933.621	7.107.815	1.082.814	6.045.001
Corporate	785.316	232.540	-	552.776	26.748	581.854	8.877	552.776
Crédito sobre Penhores	6.231.031	2.323.062	-	3.907.969	-	688.402	40.878	657.604
Crédito Tradicional	110.095.385	62.613.746	7.912.533	47.481.639	18.878.913	18.328.538	3.407.563	14.918.973
Descobertos em DO	37.754	-	-	37.754	-	43.416	-	43.416
Habituação	13.767.267	7.364.949	562.849	6.402.318	747.687	2.817.084	278.842	2.538.242
Prestação de Serviços	132.098	-	-	132.098	-	142.864	-	142.864
Total	168.663.676	85.616.719	10.179.295	83.046.957	24.586.970	29.697.852	4.798.775	24.898.877

A exposição total apresentada nestes mapas corresponde à utilizada ao nível do Modelo de imparidade de crédito do Banco, que face ao valor da exposição de crédito apresentado na Nota 9, apresenta as seguintes diferenças: (i) não engloba 2.825.023 euros referentes a Descobertos em depósitos à ordem pelo facto de no Modelo de imparidade se considerar o valor do património do cliente como fator a deduzir à exposição global; e (ii) não engloba cerca de 669.040 Euros referente a saldos credores com os clientes, dado que no Modelo de imparidade se considerar esse montante como fator a deduzir à exposição global do cliente. Este critério foi aplicado de forma consistente nos quadros seguintes desta Nota.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Segmento	Exposição Total 31-12-2014	Da exposição total 31-12-2014					
		Crédito em Cumprimento			Crédito em incumprimento		Sub Total
		Atraso < 30 dias sem indicio	Atraso < 30 dias com indicio	Atraso entre 30 e 90 dias	Atraso <= 90 dias	Atraso >90 dias	
Construção e CRE	37.614.823	10.431.711	565.488	2.065.222	13.062.421	5.631.065	18.901.338
Corporate	785.318	232.540	-	-	232.540	-	552.778
Crédito sobre Penhores	6.231.031	893.597	429.822	999.643	2.323.062	289.898	3.618.070
Crédito Tradicional	110.095.385	45.059.164	15.050.126	2.504.457	62.613.746	13.994.721	33.486.918
Descobertos em DO	37.754	-	-	-	-	-	37.754
Habituação	13.767.267	6.081.292	884.544	399.113	7.364.949	229.983	6.172.335
Prestação de Serviços	132.098	-	-	-	-	-	132.098
Total	168.663.676	62.698.304	16.949.980	5.968.435	65.616.719	20.145.666	62.901.291

Segmento	Imparidade Total 31-12-2014	Da Imparidade total 31-12-2014				
		Crédito em Cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Atraso < 30 dias sem indicio	Atraso < 30 dias com indicio	Atraso entre 30 e 90 dias	Atraso <= 90 dias	Atraso >90 dias
Construção e CRE	7.107.615	445.833	22.350	594.432	693.675	5.351.325
Corporate	561.654	8.877	-	-	-	552.778
Crédito sobre Penhores	698.482	5.809	2.606	32.463	8.012	649.592
Crédito Tradicional	18.326.536	2.271.267	923.228	213.088	3.762.720	11.156.253
Descobertos em DO	43.416	-	-	-	-	43.416
Habituação	2.817.084	232.138	33.597	13.107	48.041	2.480.201
Habituação	142.864	-	-	-	-	142.864
Total	29.697.652	2.963.924	981.781	853.070	4.512.448	20.386.429

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

Ano de Produção	Construção e CRE			Corporate			Crédito sobre Penhores			Crédito Tradicional		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	64	7.766.017	840.968	1	37.317	37.317	0	-	-	235	18.073.793	4.241.521
2005	25	3.998.785	151.455	0	-	-	0	-	-	57	6.702.526	486.564
2006	32	7.742.322	1.348.896	1	7.242	276	0	-	-	71	13.013.421	2.304.731
2007	28	4.283.243	1.079.899	2	225.297	8.600	0	-	-	84	13.844.560	2.031.552
2008	23	5.146.848	1.308.833	0	-	-	1	179	179	70	17.804.554	2.006.018
2009	13	1.741.179	432.507	0	-	-	1	1.211	1.212	50	9.176.882	1.792.179
2010	18	2.286.184	1.271.497	0	-	-	7	139.225	133.622	37	4.481.266	827.355
2011	17	3.081.607	546.858	1	488.712	488.712	714	594.870	117.355	30	6.489.713	342.704
2012	5	670.082	60.380	0	-	-	2257	1.598.399	321.191	42	8.982.442	1.237.043
2013	5	484.743	50.715	0	-	-	2568	1.381.168	86.561	43	4.381.115	1.735.547
2014	5	433.912	16.505	1	28.748	28.748	4568	2.517.980	38.363	50	7.315.334	1.341.324
Total	235	37.614.823	7.107.615	6	785.318	561.654	10114	6.231.031	898.482	772	123.461.009	20.394.288

Ano de Produção	Descobertos em DO			Habituação			Prestação de Serviços			Total		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	0	-	-	103	3.847.147	441.983	0	-	-	403	28.724.274	5.561.788
2005	0	-	-	22	812.950	48.176	1	4.033	4.362	105	11.518.294	670.558
2006	0	-	-	22	1.713.671	107.620	0	-	-	126	22.476.857	3.761.523
2007	0	-	-	14	3.454.728	1.879.442	0	-	-	128	21.607.829	4.999.493
2008	0	-	-	18	1.308.273	201.883	0	-	-	110	24.257.853	3.517.012
2009	0	-	-	4	202.309	21.913	0	-	-	66	11.121.361	2.247.811
2010	0	-	-	4	430.400	41.865	0	-	-	68	7.347.075	2.274.339
2011	0	-	-	5	559.496	21.356	6	67.500	73.001	773	11.281.767	1.589.988
2012	0	-	-	1	20.730	781	4	29.958	32.400	2309	11.309.811	1.851.805
2013	0	-	-	2	137.473	5.260	4	29.979	32.423	2622	6.404.479	1.910.508
2014	26	37.754	43.416	9	1.282.120	46.796	1	627	678	4658	11.814.475	1.512.830
Total	26	37.754	43.416	202	13.767.267	2.817.084	16	132.098	142.864	11368	168.663.676	29.697.652

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia:

c.1) Por segmento:

Segmento	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Construção e CRE	31.357.944	6.258.879	37.614.823	6.868.773	238.842	7.107.615
Corporate	552.778	232.540	785.318	552.778	8.877	561.654
Crédito sobre Penhores	3.907.968	2.323.062	6.231.031	657.604	40.878	698.482
Crédito Tradicional	78.045.804	32.049.581	110.095.385	17.103.125	1.223.411	18.326.536
Descobertos em DO	37.754	-	37.754	43.416	-	43.416
Habituação	6.965.167	6.802.100	13.767.267	2.557.431	259.653	2.817.084
Prestação de Serviços	132.098	-	132.098	142.864	-	142.864
Total	120.999.513	47.664.162	168.663.676	27.925.990	1.771.661	29.697.652

c.2) Por setor de atividade:

Sector de atividade	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóvel	37.650.894	12.132.495	49.783.389	9.234.980	463.124	9.698.104
Construção	31.377.609	6.268.648	37.646.257	6.869.523	239.291	7.108.815
Particulares	14.551.447	12.790.346	27.341.793	4.665.068	440.442	5.105.510
Actividades financeiras e de seguros	4.021.165	230.778	4.251.943	839.018	8.809	847.827
Indústrias transformadoras	7.604.104	7.626.362	15.230.466	1.552.512	291.117	1.843.629
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4.949.428	1.238.566	6.187.994	792.251	47.280	839.530
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.103.828	318.478	5.422.306	720.877	12.157	733.034
Alojamento, restauração e similares	3.128.895	1.805.374	4.732.269	1.058.783	61.281	1.120.064
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.172.148	879.130	4.051.278	1.074.735	33.559	1.108.294
Actividades de saúde humana e apoio social	3.289.793	711.991	4.001.784	396.912	27.178	424.090
Transportes e armazenagem	1.395.383	1.914.480	3.309.863	53.265	223.093	276.358
Outras actividades de serviços	2.259.420	909.440	3.168.860	372.668	34.716	407.383
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.886.240	503.061	2.169.301	85.825	19.203	105.028
Educação	299.927	202.431	502.358	39.284	7.727	47.011
Actividades imobiliárias	12.138	487.201	479.339	463	17.834	18.298
Actividades dos organismos internacionais e outras Instituições	-	261.113	261.113	-	9.967	9.967
Actividades de informação e de comunicação	-	123.366	123.366	-	4.709	4.709
Total	120.480.416	48.183.260	168.663.676	27.756.163	1.941.489	29.697.652

c.3) Por geografia:

Geografia	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
França	-	254.405	254.405	-	9.711	9.711
Portugal	147.730.134	47.098.005	194.828.139	27.925.312	1.750.050	29.675.362
Suiça	-	50.639	50.639	-	1.933	1.933
Reino Unido	-	627	627	-	678	678
Estados Unidos	261.113	-	261.113	9.967	-	9.967
Total	147.991.247	47.403.676	195.394.923	27.935.280	1.762.372	29.697.652

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

Como resulta claro das Notas e Informações precedentes, a estrutura da carteira de crédito do Banco: (i) é formada por financiamentos aplicados na aquisição de imóveis destinados a utilização profissional ou empresarial; (ii) está suportada em colaterais constituídos pela propriedade jurídica do imóvel financiado (no caso do leasing) ou da hipoteca em primeiro grau (no caso dos créditos hipotecários); e (iii) tem uma estrutura de reembolso, na sua quase totalidade, com maturidades de longo prazo (acima dos 10 anos).

Face à natureza das operações de crédito em questão, a resolução extra-judicial de situações de dificuldades no cumprimento dos planos de reembolso, ou de incumprimento (desde que superável), passa por soluções tradicionais que visam a adaptação do Plano de Reembolsos à realidade da tesouraria dos Clientes.

Assim, os processos de reestruturação que podem, como já se referiu, compreender pontualmente a capitalização dos valores vencidos e ainda não pagos à data da sua concretização, passam pela tentativa de redução da pressão da tesouraria dos Clientes, propósito que pode ser atingido, como também já foi dito, pelo alongamento do prazo global de reembolso, ou no eventual deslocamento de parte do capital a amortizar para a data de termo do contrato.

A implementação de períodos de carência de capital, que só se considera em situações que possam considerar-se de transição e, por isso, por períodos de tempo não superiores a 12 meses, de uma forma geral tem utilização residual e, quando adotada, não leva à suspensão total do capital a amortizar periodicamente, dado o muito baixo nível atual das taxas de juro.

Muito embora, à data da elaboração das presentes Notas, não esteja concluída a codificação integral dos contratos reestruturados, com o detalhe desagregado do tipo ou da combinação de tipos de medidas de reestruturação, pode com alguma segurança assumir-se que, isoladamente: (i) a adoção de períodos de carência de capital (total ou parcial), como medida de reestruturação de contratos, não supera 15% do total; e (ii) enquanto as medidas consolidadas de reestruturação (que envolvem a reformulação integral do Plano de Reembolsos) não são inferiores a 85% do total.

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	22.408.077
Créditos reestruturados no período	15.610.891
Juros corridos da carteira reestruturada	97.580
Liquidação de créditos reestruturados (total ou parcial)	(1.966.741)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(1.383.541)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	34.766.265

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação:

31-12-2014	Construção e CRE				Corporate				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo Valor												
<0,5 ME	147	15.916.516	2	139.140	-	-	1	7.242	168	8.763.448	-	-
>=0,5 ME e <1 ME	33	9.289.192	-	-	-	-	1	201.286	10	2.544.932	-	-
>=1 ME e <5 ME	10	9.952.095	-	-	-	-	-	-	2	2.276.536	-	-
Total	190	35.157.803	2	139.140	-	-	2	208.528	180	13.584.916	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção e CRE e Habitação:

Segmento / Rácio	31-12-2014			
	Número de Imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Construção e CRE				
Sem colateral Associado ¹	n.a.	951.091	1.202.536	706.151
<60 %	129	7.463.095	5.492.591	994.835
>=60% e <80%	30	3.145.979	5.664.924	939.035
>=80% e <100%	14	165.223	6.576.626	1.040.046
>=100%	21	1.357.034	5.595.725	3.427.546
Corporate				
Sem colateral Associado	n.a.	24.012	552.778	553.694
<60 %	2	208.528	-	7.960
>=60% e <80%	0	-	-	-
>=80% e <100%	0	-	-	-
>=100%	0	-	-	-
Habitação				
Sem colateral Associado	n.a.	925	137.889	206.701
<60 %	137	4.325.984	2.412.681	258.057
>=60% e <80%	23	1.523.127	365.325	108.853
>=80% e <100%	13	1.258.807	498.779	160.727
>=100%	8	256.106	2.987.644	2.082.747

¹ Estes créditos classificados sem colateral associado incluem créditos que estão associados a outros contratos de crédito do mesmo cliente, alocados em outros segmentos, mas em que o colateral apenas ficou associado em termos de aplicação informática ao outro crédito. Não obstante, para efeitos de apuramento de imparidade o Modelo de imparidade considera conjuntamente o colateral associado aos contratos.

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Ativo	31-12-2014				Total
	Número de Imóveis	Justo Valor do Ativo	Valor Contabilístico		
Terreno					
Urbano	39	3.108.185	2.636.299		
Rural	25	2.781.097	2.566.299		
Edifícios Construídos					
Comerciais	92	9.242.773	8.069.834		
Habitação	35	9.677.945	8.867.264		
Outros	37	9.276.837	8.015.998		
Total	228	34.086.837	30.155.694		
Tempo decorrido desde a dação / execução					
	<1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	0	877.403	1.369.781	456.686	2.703.870
Rural	204.127	252.999	739.971	1.313.448	2.510.545
Edifícios Construídos					
Comerciais	986.876	3.574.239	2.020.917	1.334.457	7.916.489
Habitação	807.806	1.611.136	5.057.421	1.268.135	8.744.499
Outros	862.987	2.232.222	4.311.883	873.200	8.280.292
Total	2.861.796	8.547.999	13.499.973	5.245.926	30.155.694

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

31-12-2014	GR Baixo		GR Médio		GR elevado		nd	Total
	A	B	C	D	E			
Construção e CRE	11.910.739	4.924.389	2.849.479	1.605.465	16.283.588	41.163	37.614.823	
Corporate	225.297	33.991	-	-	526.029	-	785.318	
Crédito sobre Penhores	-	807	-	-	-	6.230.224	6.231.031	
Crédito Tradicional	37.422.364	32.348.884	17.688.238	10.971.018	11.664.881	-	110.095.385	
Descobertos em DO	-	-	-	-	-	37.754	37.754	
Habitação	5.572.917	2.264.322	1.388.828	870.783	3.670.416	-	13.767.267	
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	132.098	132.098	
Total	55.131.318	39.572.392	21.928.544	13.447.266	32.144.916	6.441.240	168.663.676	

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

31-12-2014	Imparidade			
	PD(%)			LGD
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 Dias	
Segmentos				
Construção e CRE	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Corporate	11,794%	-	-	25,430%
Crédito sobre Penhores	23,606%	33,409%	52,161%	16,827%
Crédito Tradicional	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Habitação	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transações em produtos derivados e cambiais, o Banco Invest mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco Invest procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por setor e por país.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco Invest, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2014										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
Ativos											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	16.796.282	18.222.912	1.293.073	-	-	-	-	15.060.891	52.375.157
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.447.672	54.384.791	143.716.717	42.205.477	2.462.441	1.007.190	-	-	3.506.273	263.719.581
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.684	-	15.480.118	43.266.859	15.976.776	-	-	-	-	-	77.280.239
Outros créditos e valores titulados	-	-	3.456.723	-	400.651	-	-	-	11.528	27.625.493	31.486.364
	2.566.684	6.447.672	80.121.914	206.199.288	69.875.978	2.462.441	1.007.190	-	11.528	46.181.657	414.871.351

	2013										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
Ativos											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2.500.896	13.144.661	21.828.040	1.419.189	151.185	-	-	-	10.830.102	49.854.097
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.868.724	75.009.468	79.894.908	58.750.890	3.026.284	1.610.666	-	-	2.965.201	226.247.121
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.049	-	12.494.567	31.805.683	16.820.860	-	-	-	-	-	63.797.169
Outros créditos e valores titulados	-	2.453.239	1.000.646	256.412	422.518	-	811.015	-	314.310	2.467.686	7.445.635
	2.566.049	9.822.869	101.649.391	133.885.023	77.413.459	3.107.469	2.421.881	-	314.310	16.263.001	347.664.222

N.R. – Not Rated

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco Invest, pode ser demonstrada como segue:

	2014				2013			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	19.796.189	104.490.908	6.260.106	130.547.203	34.883.058	92.122.307	6.005.016	133.010.381
Itália	12.521.111	72.781.803	4.173.807	89.476.721	14.645.441	12.919.022	5.150.848	32.715.311
Portugal	4.589.874	15.052.789	62.728.464	82.371.127	10.365.017	33.644.493	23.777.968	67.787.478
Holanda	1.505.056	-	42.198.682	43.703.738	2.500.896	-	34.132.970	36.633.866
Irlanda	15.078.178	10.322.968	2.869.685	28.270.831	8.153.094	10.587.373	11.431.323	30.171.790
E.U.A.	11.578.285	-	3.502.368	15.080.653	21.082.603	-	-	21.082.603
Grã-Bretanha	10.602.972	-	1.178.474	11.781.446	6.359.253	-	1.150.596	7.509.849
França	4.572.672	1.037.336	1.000.888	6.610.876	5.901.141	990.586	1.185.370	8.077.097
Alemanha	4.741.931	-	-	4.741.931	3.077.051	-	-	3.077.051
Outros	-	-	2.286.825	2.286.825	5.146.656	-	2.452.140	7.598.796
	84.986.268	203.685.604	126.199.279	414.871.351	112.114.210	150.263.781	85.286.231	347.664.222

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital e os instrumentos financeiros derivados.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez reveem regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efetiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efetiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

Prazos residuais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2014							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.557	-	-	-	-	-	-	7.168.557
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.523.919	2.222.471	31.863.008	8.170.591	4.208.171	-	58.988.160
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.764.540	104.794.200	49.202.255	91.235.707	8.059.106	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	-	3.400.352
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	7.997.309	3.624.601	12.451.707	109.776.248	36.079.192	456.311	172.248.242
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	1.009.253	25.818.323	4.857.467	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.879.075	56.877.330	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	5.057.943	-	5.096.043
	12.267.896	40.009.602	112.050.526	132.014.368	269.955.443	53.404.764	456.311	620.158.909
Passivo								
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	-	-	215.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	200.182	200.507	77.924	14.943	-	1.704.549	216.704.549
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	-	493.556
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.559.589	63.640.552	121.430.132	52.187.093	-	-	-	2.470.654
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.429.175	2.583.410	6.379.064	13.396.992	-	3.255.727	278.073.093
	40.030.243	281.289.910	124.214.049	58.644.081	13.411.935	-	69.026	24.857.667
Gap de liquidez	(27.762.347)	(241.280.308)	(12.163.523)	73.370.287	256.543.507	53.404.764	(4.572.991)	97.559.399

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.757.643	-	-	-	-	-	-	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação	-	10.752.460	1.045.274	24.828.450	14.943.289	3.295.884	-	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	-	79.000	77.307.417	70.192.837	78.471.588	10.135.903	-	236.166.555
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	14.559.225	4.771.441	10.548.648	118.964.999	35.175.763	559.824	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	211.369	4.658.711	2.875.755	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	-	1.084.207
	18.386.200	37.885.282	84.264.752	130.551.686	245.333.840	48.653.667	559.824	586.635.231
Passivo								
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	-	113.890	284.412	3.601	3.950	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.393.093	58.048.690	135.462.809	6.821.700	-	-	3.108.024	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.757.035	845.227	7.507.154	21.802.521	-	43.484	31.955.421
	35.782.341	189.919.615	136.572.448	124.332.455	21.806.471	-	4.781.786	493.185.116
Gap de liquidez	(17.386.141)	(132.034.333)	(52.307.696)	6.219.211	223.527.369	48.653.667	(4.221.962)	73.440.115

⁽¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projetados de juros associados aos ativos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efetuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco Invest tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2014 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco Invest, apresentando um incremento de 26% relativamente ao final de 2013.

A captação de depósitos durante o ano de 2014 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu "normalizar" o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco Invest.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco Invest. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco Invest em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco Invest de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Risco de mercado

A atividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que afetam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objetivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos ativos do Banco Invest, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efetuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas atividades de trading e gestão de ativos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

A atividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transações efetuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transações efetuadas noutras divisas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2014				Total
	Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.529.200	1.769.373	687.690	182.293	7.168.557
Ativos financeiros detidos para negociação	56.875.101	1.738.405	374.654	-	58.988.160
Ativos financeiros disponíveis para venda	257.419.842	172.798	4.463.169	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	-	-	3.400.352
Crédito a clientes	203.694.814	238.471	-	-	203.933.285
Investimentos detidos até à maturidade	73.052.813	4.227.426	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	5.044.164	45.787	5.135	956	5.096.043
	<u>606.252.752</u>	<u>8.192.260</u>	<u>5.530.649</u>	<u>183.249</u>	<u>620.158.910</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais	216.704.549	-	-	-	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	486.069	7.487	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.321.465	149.189	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	269.831.634	8.089.800	111.736	39.924	278.073.093
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	-	-	24.857.667
	<u>514.201.384</u>	<u>8.246.476</u>	<u>111.736</u>	<u>39.924</u>	<u>522.599.520</u>
Exposição líquida (Posição Cambial)	<u>92.051.368</u>	<u>(54.217)</u>	<u>5.418.912</u>	<u>143.326</u>	<u>97.559.390</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013				Total
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Outros	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.633.209	1.560.376	277.761	286.297	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação	53.545.735	1.239.670	79.962	-	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	231.722.951	390.782	4.072.822	-	236.186.555
Crédito a clientes	197.434.090	63.738	-	-	197.497.828
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	323.479	758.814	-	1.914	1.084.207
	<u>559.618.215</u>	<u>4.013.380</u>	<u>4.430.545</u>	<u>288.211</u>	<u>568.350.351</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	221.630.278	-	-	-	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	384.150	1.703	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.057.592	331.656	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	227.236.639	6.242.645	182.871	172.161	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	-	-	31.955.421
	<u>486.264.080</u>	<u>6.576.004</u>	<u>182.871</u>	<u>172.161</u>	<u>493.195.116</u>
Exposição Líquida (Posição Cambial)	<u>73.354.135</u>	<u>(2.562.624)</u>	<u>4.247.674</u>	<u>116.050</u>	<u>75.155.235</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto negativo nos resultados do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de cerca de 18.674 euros e um impacto negativo nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de cerca de 18.358 euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor atual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objetivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do mismatch de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus ativos de crédito.

19

J →

M

Dave

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2014			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	412.415	-	1.824.051	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.503.894	-	3.684.683	7.168.557
Ativos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	4.247.852	20.943.164	31.431.993	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.365.151	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	235.151.060	18.845.642	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.400.352	3.400.352
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	172.248.242	172.248.242
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	963.131	30.721.912	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	5.096.043	5.096.043
	<u>16.223.267</u>	<u>334.337.594</u>	<u>269.598.049</u>	<u>620.158.910</u>
Passivo				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	216.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação:				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	493.556	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	57.318.762	220.754.331	278.073.093
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	24.857.667	24.857.667
	-	<u>57.318.762</u>	<u>465.280.757</u>	<u>522.599.519</u>
	<u>16.223.267</u>	<u>277.018.832</u>	<u>(195.682.708)</u>	<u>97.559.391</u>
Extrapatrimoniais				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	42.392.240	42.392.240
- Opções	-	-	21.638.773	21.638.773
- Futuros	-	-	9.206.886	9.206.886
	-	-	<u>73.237.899</u>	<u>73.237.899</u>

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2013			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	552.582	-	5.619.000	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.655.306	-	7.102.337	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	3.240.519	34.575.715	15.308.383	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.214.903	218.436.114	7.535.538	236.186.555
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	188.036.873	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.555.092	5.190.743	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	51.292.572	12.494.597	63.787.169
Devedores e Outras Aplicações	-	-	1.084.207	1.084.207
	<u>15.663.310</u>	<u>306.859.493</u>	<u>244.112.428</u>	<u>566.635.231</u>
Passivo				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	221.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	385.853	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.821.700	227.012.616	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	31.955.421	31.955.421
	-	6.821.700	486.373.416	493.195.116
	<u>15.663.310</u>	<u>300.037.793</u>	<u>(242.260.988)</u>	<u>73.440.115</u>
Extrapatrimoniais				
Instrumentos financeiros derivados (valor nominal)				
- Swaps	-	-	56.257.019	56.257.019
- Opções	-	-	10.778.336	10.778.336
- Futuros	-	-	15.616.449	15.616.449
	-	-	82.651.804	82.651.804

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2014						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466						2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.557						7.168.557
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	4.247.852	29.231.027	2.293.733	13.563.481	7.286.916		56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados		1.587.094	127.160	850.897	-		2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	13.494.944	116.847.038	36.628.581	87.028.139		262.055.808
Aplicações em instituições de crédito		3.000.000	400.000				3.400.352
Crédito a clientes						352	
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	110.128.739	22.453.594			36.535.503	171.980.709
- Outros créditos e valores a receber (titulados)		22.474.136	9.210.907				31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade		7.723.834		12.879.075	56.877.330		77.280.239
Devedores e outras aplicações					38.100	5.057.943	5.096.043
	24.574.654	187.839.774	151.332.432	63.522.034	151.228.485	41.583.798	619.891.377
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais		215.000.000				1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados		493.556					493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654						2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.559.589	63.640.552	116.298.463	54.161.857	3.156.905	3.255.727	278.073.093
Responsabilidades representadas por títulos		21.210.980	3.327.661	250.000		69.026	24.857.667
	40.030.243	300.345.088	119.826.124	54.411.857	3.156.905	5.029.302	522.599.519
	(15.455.390)	(112.705.315)	31.708.308	9.110.177	148.071.580	38.564.499	97.291.858
2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582						6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.757.643						8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	3.240.519	14.674.936	1.529.478	19.124.425	14.555.258		53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados		623.908	416.519	700.623			1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	7.292.084	77.307.417	64.509.725	76.941.426		236.186.555
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.875	133.645.630	15.198.681			35.735.587	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)		4.190.097	1.011.821	2.543.917			7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade		12.494.597	928.251	20.323.222	30.040.099		63.787.169
Devedores e outras aplicações					38.100	1.046.107	1.084.207
	31.782.622	172.820.952	98.393.188	107.201.912	121.574.883	36.781.694	586.635.231
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais		110.000.000		110.000.000		1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados		382.632	3.221				385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248						5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.393.093	63.993.795	129.517.704	6.821.700		3.108.024	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos		29.137.891	2.145.045	629.000		43.485	31.955.421
	35.782.341	203.514.318	131.685.970	117.450.700		4.781.787	483.195.116
	(4.019.719)	(30.593.366)	(35.272.802)	(10.248.788)	121.574.883	31.999.907	73.440.115

⁽¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco Invest considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco Invest tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excecionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os ativos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros são as seguintes:

- "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito": Dado o prazo curto destes ativos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- "Aplicações e recursos de outras instituições de crédito" e "Recursos de Bancos Centrais": O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são atualizados os "cash-flows", utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- "Crédito a clientes". O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos spreads em vigor na carteira, o Banco Invest considera que atualmente a atividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respetivos spreads atribuídos, estão afetadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os spreads atualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de "Crédito a clientes" implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.107.536 euros (7.194.491 euros em 31 de dezembro de 2013).

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de ativos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica "Crédito a clientes" encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os "Ativos e passivos financeiros detidos para negociação" (ver abaixo).

- "Recursos de clientes e outros empréstimos": Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- "Ativos e passivos financeiros detidos para negociação" e "Ativos disponíveis para venda": Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado ativo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado ativo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em ativos semelhantes transacionados em mercados ativos ou com base em estimativas estatísticas ou outros quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo pode ser resumida como se segue:

Activos valorizados ao custo de aquisição	2014			Total	Valor contabilístico
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação					
- Títulos	13.734.092	4.239.210	38.841.064	8.643	56.823.009
- Instrumentos financeiros derivados				2.365.151	2.365.151
Activos financeiros disponíveis para venda		1.191.443	254.040.640	6.823.725	262.055.808
Investimentos detidos até à maturidade			89.844.123	-	89.844.123
Créditos a clientes - títulos de dívida			31.891.351	11.528	31.902.879
	13.734.092	5.430.653	414.417.178	8.209.047	442.790.970
					430.009.250
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação					
- Instrumentos financeiros derivados				493.558	-
2013					
Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação					
- Títulos	10.459.054	3.097.005	39.425.042	143.516	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados				1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda		1.608.754	229.098.410	5.479.391	236.186.555
Investimentos detidos até à maturidade			65.734.968	-	65.734.968
Créditos a clientes - títulos de dívida				7.591.479	7.745.835
	10.459.054	4.705.759	334.258.420	14.955.136	364.378.369
					362.584.926
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação					
- Instrumentos financeiros derivados				385.853	385.853

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado ativo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efetuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco Invest ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);

- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco Invest são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3). Adicionalmente, os ativos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Ações não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
 - Obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;
 - Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respetiva Sociedade Gestora;
 - Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco Invest considerou serem adequados para refletir o valor de mercado desses ativos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um spread refletindo o risco de cada título determinado com base no rating e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de dezembro de 2014, caso se alterasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos ativos financeiros não se alteraria, visto somente existir um título valorizado através de modelo interno na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda.

44. RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 13 de outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – "Reclassificação de ativos financeiros", com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de ativos financeiros efetuadas até 31 de outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroativos a 1 de julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de julho de 2008 (data de reclassificação), de "Ativos financeiros detidos para negociação", "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Crédito a clientes" e "Investimentos detidos até a maturidade", de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de	Reclassificações		Valor de
	Balanço antes da reclassificação	Aumentos	Diminuições	Balanço após reclassificação
Ativos financeiros detidos para negociação	106.016.910		(75.830.272)	30.186.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.892)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida		59.946.307		59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798		114.262.659
	323.287.232	182.752.164	(182.752.164)	323.287.232

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor de Balanço e justo valor dos ativos financeiros reclassificados com referência a 1 de julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	2014		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2014	Justo Valor em 31-12-2014
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	2.046.690	2.046.690
Crédito a clientes - títulos de dívida	4.632.747	4.660.682	3.871.861
Investimentos detidos até a maturidade	7.498.662	7.723.834	7.769.442
	<u>13.971.990</u>	<u>14.431.206</u>	<u>13.687.992</u>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.808	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
	<u>182.752.165</u>	<u>14.431.206</u>	<u>13.687.992</u>
		2013	
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2013	Justo Valor em 31-12-2013
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.540.880	1.540.880
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.361.879	9.460.955	7.591.479
Investimentos detidos até a maturidade	19.858.741	20.217.278	20.471.608
	<u>31.061.200</u>	<u>31.219.113</u>	<u>29.603.967</u>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
	<u>182.752.165</u>	<u>31.219.113</u>	<u>29.603.967</u>

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 43.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2014 e 2013, apresentam o seguinte detalhe:

	2014				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Ativos financeiros disponíveis para venda	(299.700)	505.810	173.751	(325.490)	99.238
Crédito a clientes - títulos de dívida	(196.489)	167.500	36.100	-	50.007
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	(37.628)	-	200.000
	(496.189)	673.310	172.222	(325.490)	349.244

	2013				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor			Outros ganhos/ (perdas)	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Ativos financeiros disponíveis para venda	(742.757)	146.470	-	(465.390)	95.529
Crédito a clientes - títulos de dívida	512.461	(522.947)	(1.187.278)	-	98.122
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	167.600	-	218.709
	(230.296)	(376.477)	(1.019.678)	(465.390)	412.360

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afetariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Ativos financeiros detidos para negociação ou Ativos financeiros disponíveis para venda, respetivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

45. FUNDOS PRÓPRIOS

O Grupo na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Grupo mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Grupo são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo apresenta um rácio de solvabilidade de 21,2% e 20,3%, respetivamente.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

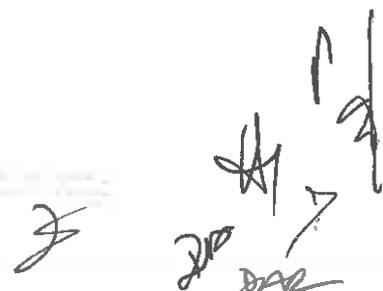
1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 67.945.574 euros e capitais próprios de 57.035.102 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 100.896 euros, as Demonstrações Individuais dos Resultados, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual da Sociedade, o resultado individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão individual com as demonstrações financeiras individuais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

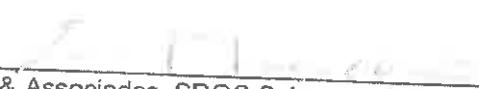
Ênfase

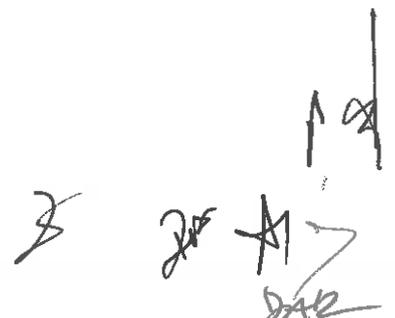
5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade da Sociedade a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal, os investimentos em filiais e associadas são registados ao custo de aquisição, deduzidos de perdas por imparidade. A Sociedade apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2014 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício.

Lisboa, 27 de março de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



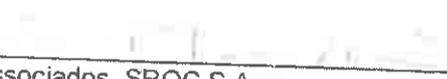
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2014 constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 27 de março de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Acionistas da
Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, os actos de gestão do Conselho de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade da Sociedade no exercício de 2014.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, com data de 27 de março de 2015, a qual inclui um ênfase e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

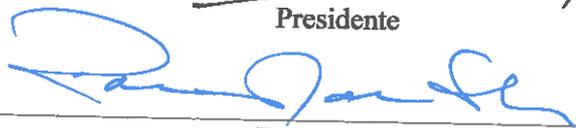
Lisboa, 27 de março de 2015

O Conselho Fiscal



Artur Carmo Barreto

Presidente



Rosendo José

Vogal



Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas da
Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade e das principais empresas englobadas na consolidação, os atos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, dos resultados e outro rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade consolidada da Sociedade no exercício de 2014.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 27 de março de 2015, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

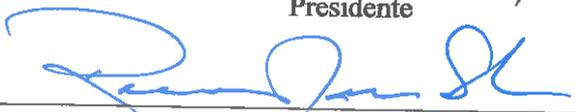
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de março de 2015

O Conselho Fiscal



Artur Carmo Barreto
Presidente



Rosendo José
Vogal



Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal